Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 29 de abril de 2019

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa três credenciais: da senhora presidente da junta de freguesia de Canas de Santa Maria, do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão e do senhor presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por João Carlos Figueiredo, Firmino dos Santos e José Carlos Ferreira, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, cerca das nove horas, constatou-se a falta dos seguintes membros: Marisa Fernandes e Agnelo Laranjeira, que justificaram a falta que foram consideradas relevadas.

1-Período de antes da Ordem do Dia

1.1Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro

Não tendo havido intervenções, a ata de 22 de fevereiro foi aprovada por unanimidade, pelos presentes na sessão de fevereiro.

1.1. Leitura de expediente

Foram presentes à assembleia pareceres enviados pela Associação Nacional de Assembleias Municipais; agradecimento enviado pelo senhor chefe de gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a moção "Taxa Municipal de Direitos de Passagem";

Email enviado pelo Grupo Parlamentar Os Verdes sobre Projeto de Resolução "Diligenciar para erradicar o uso de glifosatos"; jornais "Voz das Misericórdias".

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou as intervenções deste ponto o Grupo Parlamentar do PSD, tomando a palavra o membro Regina Coimbra, com o que a seguir se transcreve:

"Bom Dia.

Sr. Presidente da Assembleia, restantes elementos da mesa.

Membros da Assembleia Municipal, Srs Vereadores Presidentes de Junta, comunicação social e demais presentes

Em assembleias anteriores foram manifestadas uma série de preocupações sobre a Saúde em Portugal.

E as preocupações de então incidiam em particular sobre os utentes, doentes, funcionários, nomeadamente, os enfermeiros e colaboradores do Centro Hospitalar Tondela - Viseu e das suas condições atuais, no serviço público prestado à comunidade.

Estas preocupações mantêm-se, porque é da saúde que estamos a falar; no entanto, reporto-me hoje, ao nível central, às decisões que são tomadas deixam muito a desejar...

É só ler os jornais diários, ver os noticiários e as notícias sucedem-se!

A Ministra da Saúde, Marta Temido, acha que por ter o cargo que tem, pode fazer, desfazer, insinuar e decidir...

Sabemos que solicitou à Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS), uma Sindicância à Ordem dos Enfermeiros!

Justificou a necessidade da mesma com "intervenções públicas e declarações dos dirigentes – leia-se Ana Rita Cavaco", bem como "atividades realizadas pela Ordem dos Enfermeiros, respetivas prioridades de atuação e contas da Ordem".

Disse ainda, que o ministério tem de estar vigilante e quando tem dúvidas, deve encaminhar para as entidades competentes...

Será algum tipo de perseguição? É o que a bastonária sente, uma vez que em fevereiro, o Primeiro Ministro, informou pretender apresentar uma queixa contra a Bastonária da Ordem dos Enfermeiros...

Obviamente que os enfermeiros estão cansados, desmotivados e as greves vão acontecendo…

Listas de espera! Era tão bom que não existissem ou que se conseguissem eliminar...

O grupo técnico independente descobriu que um organismo chefiado por Marta Temido limpou indevidamente doentes das listas de espera, alterando datas de inscrições de utentes para cirurgia, muito provavelmente com o objetivo de beneficiar as estatísticas e poder dizer que as listas tinham diminuído!

Vem a Ministra dizer que o que fez nas listas de espera, foram pequenas correções! E afirmou que 70% dos que morreram em lista de espera "estavam dentro do tempo máximo de resposta garantido" (2014, 2015, 2016 …) e acrescenta que a maioria dos pacientes apresentavam patologias do foro oftalmológico, ortopédico ou situações como hérnias... Então, não merecem tratamento? A seleção é realizada por categorias de patologias mais ou menos importantes?

E podemo-nos conformar??? Não, é inadmissível. REITERO: É a nossa saúde. É a saúde dos nossos.

E há que voltar a colocar as mesmas perguntas. Para quando o Centro Oncológico de Viseu / Unidade de Radioterapia?

Em 2017 o Sr. Secretário de Estado da Saúde dizia que o concurso estava lançado e estaria em funcionamento no início de 2019. Já falámos até com pormenor e bem explicitado tecnicamente as intenções (tão boas) do que o mesmo seria e quanto custaria…

E então pergunto de novo, O que é que está a ser feito?

E a Unidade de Queimados, tão anunciado pelo Conselho de Administração atual?

E as obras na Urgência hospitalar?

E as listas para 1ªs consultas e cirurgias? Há ou não roturas?

Foram declarações no início do ano, em jornais, do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, que falava de roturas de serviços e esperas longas em Dermatologia, Urologia, Radiologia, Cardiologia, Oncologia e Oncologia Pneumológica, com graves problemas de funcionamento.

Estamos em dezembro, no final do ano e o problema está resolvido? O que se fez para tal?

Tem ou não o Centro Hospitalar reforço da sua capacidade financeira para responder aos problemas relatados?

Para já não falar de equipamentos, medicamentos, manutenção…

Que gestão pública se está a fazer dos nossos impostos?

A saúde é ou não uma prioridade de quem nos governa?

Que surpresa para Viseu nos trará o orçamento de estado? Que garantias nos oferecem?

Lei de bases da Saúde!"

Continuou o membro Cristiana Ferreira, com a intervenção que se transcreve:

"*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.*

Evocar o 25 de abril!

O 25 de Abril cumpriu-se em 1974, não foi uma utopia.

A revolução de "carne e osso" não se relaciona com a *intangibilidade das utopias. Colocar um foco ilusório numa mudança que efetivamente aconteceu é negarmos abril.*

Injustos até para com os militares de abril que generosamente "*nos entregaram a madrugada que esperávamos. O dia inicial inteiro e limpo. Onde emergimos da noite e do silêncio. E livres habitamos a substância do tempo.*"

Cada revolucionário poderia ter até uma utopia em mente, mas a data não é por natureza de celebração individual embora, gratos, devamos reconhecer todas as individualidades que o permitiram.

No fundo o que todos devemos cumprir é o esforço coletivo de continuadamente lutarmos pela Liberdade e pela Democracia. E é por isso que o 25 de Abril não pode por

ser circunscrito a um mero feriado nacional há sempre uma espécie de catarse nacional, de renovação, que é francamente positivo.

Se é verdade que a idiossincrasia do 25 de Abril de 1974 encerra múltiplos sentidos e sensibilidades a verdade é que estruturou o nosso sistema político partidário tal como o conhecemos e que, pese embora ter criado inicialmente clivagens significativas, hoje, consolidou-se, ao longo destes 45 anos de democracia. Somos livres!

E por isso nem a esquerda nem a direita são proprietárias de abril e toda a classe política devia refletir nisso. Há um consenso muito alargado sobre o seu significado.

Alguns portugueses conhecem mal a narrativa de abril, aliás serão cada vez menos os que a conhecem, mas suscitará sempre orgulho pelos legados positivos que gerou.

As expectativas assentes no Estado Social são para todos! Por isso impõe-se sua sustentabilidade pela responsabilidade intergeracional porque será a única forma de responsavelmente perpetuar abril.

Aliás, sempre que tais legados são ameaçados, retomamos abril para expurgar o que possa estar a ameaçar a Democracia e a Liberdade, na medida em que o que une os portugueses em torno dos valores da democratização são alguns dos legados sociais que foi possível construir e que as pessoas gostariam de manter.

Das várias reflexões que li e ouvi este ano em particular sobre abril sublinho o discurso notável do Sr. Presidente da República que tão bem colocou a tónica nos nossos jovens, que são os nossos filhos, os nossos netos, o nosso futuro e também nas alterações climatéricas que podem que devem merecer toda a nossa preocupação.

Mas hoje aqui e noutra ordem de razões pergunto-me se a democracia estará preparada para alguns fenómenos epidémicos que vivemos.

Refiro-me às redes sociais e à política.

A forma rápida e acrítica como se instalam ideias nas nossas sociedades através das redes sociais é assustadora e deveria ser um motivo de profunda reflexão. A democracia tal como a conhecemos não está preparada para o que está a acontecer.

A questão é a de saber se as sobre as profundas transformações que a tecnologia trouxe para a vida humana, e em particular as redes sociais, contribuem para termos cidadãos verdadeiramente esclarecidos, com uma visão equilibrada sobre o que verdadeiramente importa e não aquilo que nos querem fazer crer.

Teoricamente a tecnologia por si só é neutra em termos de valores. Pode ser usada para os mais diversos fins, económicos, sociais e políticos. Pode ser usada para o bem e para o mal. Nesse aspeto, a internet e as redes sociais trazem tanto benefícios como problemas.

As redes sociais não, em si mesmas, nem inimigas nem amigas da democracia.

O que temos tido é um discurso extraordinariamente simplista sobre o uso político das redes sociais que devemos reverter.

Tal como a televisão e a rádio durante a primeira metade do século XX, também trouxeram um novo instrumento para a democracia e para os inimigos da democracia. É isto que importa combater, para bem da democracia, a leveza de apagar um comentário que não é ofensivo, mas antes contrário são práticas antidemocráticas que devemos repudiar.

O anonimato não é abril, os perfis falsos não são abril.

A democracia que somos nós devemos, por isso. estar atentos!"

Seguidamente, foi a vez do Grupo Parlamentar do PS, tendo tomando a palavra o membro Carlos Viegas, com a intervenção que se transcreve:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Senhor Presidente da Câmara Municipal;

Senhoras e Senhores Vereadores;

Senhoras e Senhores Deputados Municipais;

Senhores Presidentes de Junta;

Comunicação Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Nos alvores dos meus tempos revejo-me de olhos mareados a aportar a um mundo cinzento e adormecido,…

de luzes esparsas e ténues,…

onde as distâncias se galgavam a pé,…

feito de abrigos onde o frio entrava sem pedir licença e o calor teimava em não sair!

onde as boinas de muitos saltavam vigorosamente da cabeça à passagem dos poucos que tudo podiam,

o mundo onde a maioria dizia quem era, emergindo a ponta do dedo na negra tinta,…

o mundo onde escola também era sinónimo da vara e da régua que nos silenciava,

do trabalho de sol a sol e

do tudo que estava por fazer,…

e do púlpito sempre a anestesiar a dor!

António Ramos Rosa num poema que intitulou **"O grito claro"** sintetizou assim abril:

"De escadas insubmissas
de fechaduras alerta
de chaves submersas
e roucos subterrâneos
onde a esperança enlouqueceu
de notas dissonantes
dum grito de loucura
de toda a matéria escura
sufocada e contraída
nasce o grito claro."

Fez-se assim de esperanças mil,
um tempo novo,
com direito a ter direitos,
a ser livres, modernos, desenvolvidos e europeus,
a fazer escolhas
a expressar a nossa criatividade,
e a ter apoio na doença e no desemprego,

Apesar da firmeza aparente deste caminho pairam sobre ele nuvens de velhas e novas ameaças como o extremismo religioso, a xenofobia, o racismo, a desagregação europeia, a crise ambiental, a corrupção, a excessiva diferença de renda, a excessiva divida pública, a permanente sensação de injustiça,…

Honrando a memória de 840 anos de história comum e tendo como horizonte a passagem do testemunho deste legado às gerações vindouras, precisamos sair da fortaleza dos nosso conforto e ir mais longe no aprofundamento do compromisso que temos para com todos os concidadãos!

Viva o 25 de Abril!

Viva as Portuguesas e Portugueses, verdadeiramente livres!"

Continuando os trabalhos o membro Rui Santos interveio:

"Senhor presidente da assembleia, senhores membros da mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados, demais presentes.

Queria saudar a todos e começar por fazer uma referência, que não é especialmente do meu agrado, mas que não quero deixar de fazer. Estou bastante desagradado por termos esta assembleia municipal neste dia. Digo isto, porque não posso deixar de distinguir a minha qualidade de membro da assembleia municipal e de presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Viseu Dão Lafões. O presidente e a mesa da Assembleia Intermunicipal procuram sempre articular, em nome daquilo que é um princípio fundamental, do meu ponto de vista, da democracia e da administração pública central, regional ou local, a forma de os órgãos reunirem e não se "atropelarem" desta forma. Por isso, há cerca de dois meses, a mesa da assembleia intermunicipal informou e contactou todos os municípios, no sentido de dizer que em princípio se estava a preparar uma assembleia intermunicipal para o dia 29, para que houvesse articulação e não se sobrepusessem datas. Acontece que para mais, a CIM Viseu Dão Lafões está sediada em Tondela e é precisamente o município de Tondela que marca esta assembleia Municipal para o mesmo dia da assembleia intermunicipal Viseu Dão Lafões. Não me parece que isso seja a melhor forma de funcionar em articulação.

Dito isto, queria começar por fazer uma saudação especial à Drª Cristiana pela intervenção que aqui fez. Devo dizer que a subscrevo, sobretudo a questão obvia da importância do 25 de abril e até aquilo que, pouco, por vezes, hoje se destaca no que representou para este país. É preciso ter algum distanciamento. Os historiadores, às vezes, vão longe de mais, que fazer avaliações e analises destas situações, exigem distanciamento e querem distanciamentos a mais. Mas é necessário mais algum distanciamento que a idade que alguns dos que estão aqui na sala nos dão, para fazer e ter a ideia do que de facto o que significou o 25 de abril neste país. E ver que não sendo o país que gostaria de ter já, em muitas coisas e ver o país que era desde que eu tenho recordações. Começo a ter ideias claras do que era viver neste país e sobretudo o que

era viver nas nossas aldeias da nossa região e o que é hoje. Sobretudo depois a outra questão da utilização abusiva, e com a dificuldade em encontrar um ponto de equilíbrio, da possibilidade de difusão da informação que tem a enorme vantagem com a capacidade que hoje temos nas redes de comunicação, com aquilo que é o uso abusivo, intencional, manipulatório das redes de comunicação, inclusivamente destruindo pessoas, pela via de acusações falsas, que depois nunca têm o relevo, mesmo que se queira demonstrar o contrário. Devo dizer que isso é uma preocupação que tenho e que muitas das vezes discuto com alguns especialistas, no sentido de procurar saber o que é que se poderá fazer nesta circunstância.

Em relação à senhora deputada Regina, queria deixar aqui duas notas: uma, porque referiu uma questão que me é muito cara, já tinha aqui tido a oportunidade de dizer em relação ao Centro Oncológico que se alguém levantou esta questão pela primeira vez e a colocou na agenda política, fui eu. Alias elaborei um documento, com algumas indicações do atual presidente do Conselho de Administração, que era especialista na área, no centro Hospitalar Tondela Viseu.

Tanto quanto sei, e não é só por relações pessoais, é institucional, tenho procurado, naquilo que é fraca qualidade do presidente da assembleia intermunicipal, acompanhar bem este assunto. Aliás o senhor presidente da câmara assistiu a uma interessante troca de posições com membros que tinham alguma responsabilidade nisso, ocasionalmente. Tenho procurado acompanhar este assunto, o mais perto possível e aquilo que posso lhe dizer neste momento é que se aguarda a publicação no Plano Anual de Investimentos de Saúde, porque este plano dispensará a Portaria plurianual para execução das obras da urgência. Que em relação a questão relativas a oncologia, provavelmente a 16 deste mês, haverá informações sobre um plano já definido.

Não me pronuncio e não sei se é a solução ou não, se pedem ou não sindicâncias à atuação da Ordem dos Enfermeiros, é uma questão que não conheço tão bem e não sei se há razões certas ou não. Há mais gente, para além da Ministra, ligada ao lado do PSD que o diz, basta ver por exemplo as declarações da Drª Manuela Ferreira Leite. Mas isso para mim não é a questão de fundo. A única questão de fundo, sem pôr em causa o

direito à greve, é ter uma explicação clara para este fenómeno interessantíssimo. Houve uma greve significante nos enfermeiros, na função pública, mas curiosamente a tabela remuneratória dos enfermeiros, na função pública, começa com cerca de 1 200€ e acaba com cerca de 3 700€ e o horário de trabalho é de 35 horas. Os sindicatos dos enfermeiros negociaram um contrato coletivo de trabalho, no sector privado, em que a remuneração de entrada é de cerca 970€ e o vencimento máximo é de cerca 1700€ e por acaso tem um horário de 40 horas. O que me surpreende é que haja tantas greves na administração pública, com queixas de condições de trabalho salariais e que na função privada não haja greve. É surpreendente quando temos em conta estes valores. Será que o problema não tem em muitos casos uma ou outra situação que é o facto de grande parte dos enfermeiros trabalharem na administração pública e depois irem trabalhar para o privado, em acumulação, como empresários em nome individual, o que quer dizer que a certa altura estamos com uma corporação "Olívia patroa, Olívia criada", em que para a função publica está a assegurar um vencimento certo, somos a "Olívia criada" e quando é para trabalhar como trabalhadores independente somos "Olívia patroa" e o problema já não se põe? Este é um problema ético que se põe nesta discussão. Quanto ao direito à greve, eu não o coloco em causa, de maneira nenhuma.

Apesar de o serviço nacional de saúde que nos serve, estar muito longe daquilo que eu considero desejável, estar assim tão mal, é curioso que internacionalmente o SNS Português passou de 14º lugar em 2016/2017, para 13º lugar em 2018. Quer dizer que mal ou bem, longe daquilo que eu acho que deveria ser, apesar de tudo houve algum progresso e não foi assim tão calamitoso como se diz."

De seguida, foi vez do Grupo Parlamentar do CDS, com o membro Abílio dos Santos, que apresentou o voto de consternação, pela tragédia que assolou Moçambique, anexo 1; com o voto de louvor pela participação dos atletas Rita Lopes e Luís Rodrigues, da Cooperativa Vários nos World Games Special, assim como à Câmara Municipal de Tondela e União de Freguesias de Tondela e Nandufe, pelos apoios, bem como aos técnicos Luís Castainça e Eduardo Martins, anexo 2.

Continuou com a sua intervenção, anexo 3.

Seguidamente, foi passada a palavra ao membro Vera Machado, com a intervenção que se transcreve:

"Cumprimentos,

A minha intervenção neste ponto antes da Ordem do Dia poderia focar-se nos recentes escândalos de nomeações familiares, primos, pais, filhos, tios e até as empregadas domésticas e quem mais houvesse para colocar.

Mas esse assunto não me seduz particularmente, porque a confiança é importante, a competência ainda mais, mas caros deputados, não se legisla sobre ética, valores e transparência. Esses elementos não são de esquerda ou direita, essa forma de estar na politica vem de casa, da educação e da forma como nos posicionamos no nosso quotidiano.

Não há decreto regulamentar que imponha carater em nenhum de nós.

Como me parece pouco produtiva essa discussão, e porque se trata do individual e não do coletivo, acho que é bem mais pertinente discutir as politicas que se definem para o país e sua "obscuridade", só para não utilizar o termo promiscuidade, sob pena de tornar a minha ação politica naquela prática corriqueira e medíocre de o fazer e que todos os dias vemos nas redes sociais.

Olho para o movimento associativo e para os critérios legais que definem a sua classificação e constituição, e penso que este merecerá uma profunda reflexão e discussão nas mais variadas vertentes.

Assim e de uma forma muito telegráfica venho aqui lançar um desafio a todos os grupos parlamentares com assento nesta assembleia e que com certeza terão no topo das suas preocupações o desenvolvimento coeso do Concelho.

Importa que reflitamos sobre as normas que distinguem associações juvenis ou não, as de utilidade publica e as outras, quais as suas vantagens e formas de constituição, bem como ferramentas de ação, sob pena de muitas das vezes a opacidade e a falta de equidade ser o sentimento generalizado.

Arderam algumas Associações no concelho nos incêndios de Outubro de 2017, que precisam urgentemente de apoio, e todos nós devemos encetar esforços para que se voltem a reerguer.

Acho urgente que além do Município, outras entidades, inclusive a Secretaria de Estado se envolvam na sua reconstrução, sob pena de se perderem os únicos polos de desenvolvimento nas nossas aldeias e elas morrerem com a desertificação.

Temos que encontrar uma forma eficaz de as apoiar, nem que as aconselhemos a tornarem-se associações RENAJE ou juvenis, como algumas o fizeram muito recentemente e terem à sua disposição outros mecanismos de financiamento.

Não podemos perpetuar sentimentos de injustiça entre as diferentes associações do concelho, nem colocá-las em patamares diferentes, muito menos afunilar critérios que sirvam apenas a nossa freguesia.

Fica o desafio."

O membro Rui Santos tomou da palavra para dizer que oportunamente iria enviar a todos os membros um email, com as relações familiares que compuseram os governos do PSD.

2-Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da câmara interveio:

"Senhor presidente, bom dia, restantes membros da mesa, senhores deputados da assembleia municipal, público presente, comunicação social.

A todos quero saudar e cumprimentar.

Falar de abril é falar de igualdade e oportunidades. Falar de abril é falar de igualdade de direitos. Falar de abril, também, é falar de responsabilidade. E, é por aqui que gostaria de começar, porque alguns dos temas aqui trazidos julgo merecerem, mais uma vez, um registo de informação. Porque falar de abril, também é falar em informação.

A matéria associada ao Centro Hospitalar Tondela Viseu que reiteradamente tem vindo a esta assembleia municipal e julgo que merece esta reflexão, deve ser matéria de informação plena para todos. Tive a oportunidade de integrar uma delegação que se reuniu com a senhora Ministra da Saúde, a pedido da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, por não compreender como é que era possível três anos após estar determinado uma verba no PAC, ou seja, dinheiro que a CIM, fundos comunitários, que foi disponibilizada por decisão política da CIM, para aplicação na urgência do Centro Hospitalar e, supostamente, faltava um despacho do Secretário de Estado do Orçamento, para viabilizar a obra, por o valor ser superior a capital próprio. Isto parecia algo absurdo. Uma obra destas que há três anos está na linha de partida que teve um procedimento concursal desenvolvido, faltava-lhe um despacho de um membro do governo? É que para além do despacho, é previso entrar com os 15% de capitais próprios do Estado Português. Digo 15%, porque na renegociação dos fundos comunitários, o "bolo financeiro" foi alargado a 85% do financiamento. Sendo o governo o mesmo, não deixo de registar que a senhora Ministra se sentiu agradada com a possibilidade de esta delegação poder, de seguida, ter uma reunião com o senhor Secretário de estado do Orçamento para o persuadir e lhe demonstrar a importância deste despacho. Foi esta circunstância que o Dr. Rui Santos, aqui trouxe quando na vinda do senhor Ministro da Administração Interna à apresentação do projeto Vigia que ocorreu, na cidade de Tondela. Tivemos a oportunidade de constatar aquilo que não parecia ter lógica. É um investimento estrutural, tem 85% dos fundos necessários e disponíveis há três anos. Portanto, o que se espera é que a obra da urgência do Centro Hospitalar Tondela Viseu possa iniciar-se.

Mas, esta reunião não ficou só por aqui. A circunstância da unidade de oncologia, táo relevante para a região, ter sido anunciada pelo então Secretário de Estado Manuel Delgado, mas onde era suposto que já no ano passado tivesse entrado em funcionamento e onde se discutia o modelo da filiação, ou seja, de ligação ao IPO de Coimbra e onde se discutia se iria ter numa 1ª fase um acelerador linear ou se o túnel para a aceleração linear fosse já para dois aceleradores. Sempre me questionei qual seria o modelo de financiamento e a essa pergunta todos pareciam fazer querer que isso não era um problema. O que estranhei sempre, convém aqui dizê-lo. A surpresa é que, sendo o presidente do conselho de administração um internista e não um especialista em oncologia, o que nos surpreende é a ministra dizer que o atual conselho de administração tinha alterado o programa funcional ou não estaria de acordo com o programa funcional. Que não deixa de ser estranho, trata-se do mesmo conselho de administração que em junho de 2017, na presença do secretário de estado anuiu a esta circunstância. A evolução nunca é um problema, não estou com isto a dizer que não possa haver ajustamentos de pensamento. O que é um facto é que, quando inquirida a ministra, porque é que isto não avança, a senhora responde que não tem nenhum processo revisto, nos termos em que foi solicitado. Tanto quanto sei, esse compromisso não era até ao final de abril, mas sim final de março. O que está em causa é chegar um novo documento para que, a partir daí, se desenvolva a devida apreciação. Como bem sabemos, a autoridade terá de emitir novo parecer.

Em termos objetivos, quem nos dera a nós que este ano arranque a sério a ampliação da urgência do Centro Hospitalar. E quem nos dera a nós que, este ano, possa ser aprovado o modelo do centro oncológico. Ninguém tenha a ilusão que vá haver obra alguma do centro oncológico, este ano. Como é verdade que não há ainda a definição do modelo de financiamento para esta unidade. No quadro atual, em sede do dinheiro disponível na reprogramação na zona centro, na área da saúde, não há dinheiro disponível para esta intervenção.

Já disse, aqui, na ultima assembleia, o Centro Hospitalar não pode ser visto desagregado da unidade que existe no nosso concelho. É desejável que o serviço de

urgência básica da unidade de Tondela esteja em estreita ligação funcional, hierárquica e na gestão básica do serviço de urgência. Como é sabido, a unidade em Tondela presta serviço de urgência através de serviços externos contratualizados que não são quadros do centro hospitalar. Não que as pessoas não tenham a sua competência funcional. Mas, poderia haver ganho de eficácia funcional se este modelo fosse agregado, integrado no centro hospitalar.

Se lermos a ata da ultima assembleia municipal estarão lá algumas das razões evocadas. O grande problema que hoje temos e continuaremos a ter na área da enfermagem não são os lugares novos que se criaram. A generalidade destes enfermeiros que querem ter generalizada as 35 horas, pelas razões que o senhor Dr. Rui Santos aqui aduziu e que todos conhecemos, a generalidade tem complementos remuneratório através de prestação de serviço externos, numa circunstância em que o Estado tem de ser o agente regulador.

A questão que o senhor Abílio aqui refere, a rede de IPSS e o seu financiamento: esta situação começa a ser transversal, não só no nosso concelho, mas em relação à nossa região. Tive a oportunidade de, com a senhora vereadora da área social, termos tido uma reunião com a senhora diretora regional do Instituto de Segurança Social, acima de tudo para lhe darmos conhecimento do quadro existente e das implicações que estão em cima da mesa. Ao longo dos vários anos, os acordos de valência das diferentes IPSS não têm tido qualquer atualização face ao número de acordos existentes na nossa região. Como sabemos hoje, estará para abrir em breve um concurso nacional. Observe-se que os serviços regionais têm pouca competência funcional, por não terem decisão sobre acordos de valência, não têm decisão obre apoios financeiros. Foram publicados agora os do concurso iniciado há um ano e para os 30 milhões que estavam disponíveis para a região centro dificilmente alguma instituição do nosso concelho conseguirá ter enquadramento, porque o que está em causa é refuncionalizar áreas ou serviços. Ao longo dos anos o salário mínimo nacional tem vindo a ser atualizado. O que se poderia esperar era que o valor base dos acordos

acompanhasse a evolução da atualização dos salários nacionais. Era o mínimo que se poderia esperar. Isto não tem acontecido.

A segunda questão prende-se com os serviços de SAD, onde as generalidades das nossas instituições prestam um serviço em média entre 40 a 50% do que aquilo que está contratualizado, porque não podem fechar os olhos a situações humanas concretas. Isto acontece muitas vezes e a determinada altura deparam-se com situações económicas complicadas para poder manter aquilo que são os compromissos com as entidades e instituições. E, no nosso concelho há várias instituições que começam a ter grandes dificuldades, não de gestão, mas de circunstâncias que advém de ter de responder para aquilo que é uma sociedade com necessidades. E volta que não volta, ainda são os serviços do ministério que vêm penalizar a instituição por estarem a prestar serviço para além daquilo que é contratualizado. Esta é uma questão que nos deve merecer alguma reflexão e algum cuidado naquilo que estamos a desenhar.

Do nosso lado, aliás, não deixa de ser verdade que temos um conjunto de compromissos com instituições, mas no domínio da requalificação ou da melhoria das suas instalações. Não podemos ter no domínio do cofinanciamento das medidas de apoio.

Todos sabemos que relativamente à IPSS de São Miguel do Outeiro, iremos apoiar a conclusão da parte associada ao apoio domiciliário. Em relação a Lajeosa do Dão, é uma das nossas prioridades assumida quer em carta de diagnóstico social, quer na rede social, quer em relação áquilo que são os instrumentos de planeamento. Em relação à IPSS de Ferreirós do Dão, é um acordo feito há dois anos, para que a mesma possa ter uma ERPI que dê resposta à população idosa aí existente. Claro que depois vem outro problema, como há 2 ou três anos atrás, os preços de mercado apontavam para um valor e hoje como sabemos os custos de construção civil tiveram aumento e, portanto, temos de avaliar esta situação.

O que tem a ver com a rede de infraestruturas estamos cá para assumir. O que tem a ver com medidas de financiamento às valências, essas têm de ser uma

responsabilidade do Estado Central. Que na minha opinião, deveriam no mínimo acompanhar e atualizar os apoios, face áquilo que tem sido as atualizações salariais.

Por fim uma nota sobre a intervenção da Vera, associada ao movimento associativo. Queremos deixar claro, que do lado do município, não teremos nenhuma reserva, pelo contrário, já tivemos duas reuniões com as duas instituições que ficaram sem sede, em concreto em Vila Nova da Rainha e na Gândara.

Em relação a Vila Nova da Rainha, é entendimento comum da instituição, que não devem para já realizar obras no edifício, onde ocorreu o sinistro. E, em articulação com a União de Freguesias e o senhor presidente da junta, tomamos algumas opções. Em primeiro lugar, a aquisição, através da junta de freguesia, com protocolo de financiamento do município, de uma parcela de terreno que está entre a Igreja e a frente da associação, que permitirá a instalação de um edifício simples da junta de freguesia, onde poderão desenvolver as atividades dessa associação.

Relativamente à Gândara, o edifício que ardeu nos incêndios de outubro de 2017, não era propriedade da associação Gândara Unida. Era um edifício arrendado, por uns senhores que estão no Brasil, sendo vários proprietários. Pese embora, tenham sido feito pelos dirigentes, contactos para aquisição do terreno, não tem sido possível até à data de hoje. Manifestamos disponibilidade, se assim o desejarem, para poderem adquirir um terreno próximo ou eventualmente um edifício degradado. Poderemos associar-nos na requalificação dessa estrutura, ao ponto de já o termos refletidos internamente, eventualmente na Ficton deste ano, parte da receita que venha a ser angariada num ou noutro dia em que possa haver entrada com bilhete, seja para se destinar ao movimento associativo desta freguesia ou união de freguesias.

Já que falamos em freguesias, pensava eu que, hoje, fosse avaliada a proposta que neste momento existe para a dita reconfiguração das freguesias que foram extintas. Se bem nos lembrarmos, foi proposta de campanha eleitoral, em 2015, a reversão do modelo de agregação das freguesias. É verdade, que dentro das forças políticas que apoiam o atual governo, em particular a CDU defende a reversão total da agregação e dentro do PS há quem defenda não a reversão total, mas um repensar do modelo. Neste

momento, temos uma proposta, que está nas mãos da Anafre. E, esta proposta é bem clara em que é a formação de uma lei quadro para a criação de freguesias, com uma condição de partida de 1150 eleitores e 2% da área do território e se estiver a mais de 10 KM em linha reta da sede do concelho, então esse numero baixará para 600 eleitores. Se todos fizerem uma simulação simples, dir-me-ão em que medida é que esta proposta vem resolver a desagregação das freguesias do concelho de Tondela. Mas mais grave, na minha opinião, é o que depois aparece escrito: isto não é um modelo de agregação. Em boa verdade, esta proposta de lei é um novo modelo de agregação de freguesias, porque acrescenta "esta proposta de lei servirá para que nos próximos 10 anos, todas as freguesias que não tenham estes requisitos devem caminhar para a respetiva agregação, ou seja, nós ficaremos com seis freguesias, de acordo com esta proposta, daqui a 10 anos. Eu gostaria que estas questões fossem refletidas, porque campanha eleitoral não é dizer "vamos desagregar". Reconheço legitimidade para que tudo seja reavaliado. Há situações de pequenos aglomerados com 80 /100 pessoas onde pode faltar capacidade até de massa humana para haver formalmente eleição de órgãos. O modelo anterior referia que em com locais com menos de 150 eleitores estivéssemos perante plenário de eleitores e não eleição de freguesia. Há modelos que se podem ajustar. Este até poderia ser o modelo. O que me parece absolutamente crítico e grave, é que neste modelo durante os próximos 10 anos todos os que não cumprirem o que aí está definido, aquela freguesia caminhar para a agregação com outras freguesias. Esta é a proposta que neste momento está em discussão. Por isso, não deixo de lançar um repto, quer à Anafre, quer aos partidos com acento na Assembleia da Republica que poderem analisar devidamente aquilo e o alcance que está neste modelo, porque o que aqui está é apontar para um caminho de agregação de freguesias e não desagregação de freguesias.

Queria, igualmente, dar dois ou três notas, sobre a recuperação de habitações próprias permanentes, referindo aquilo que foi e está a ser a missão que tomamos como prioritária. Julgo que todos perceberemos que se não assumíssemos a recuperação das habitações próprias e permanentes como a primeira prioridade, nenhum de nós estaria a exercer de forma plena, consciente e ao serviço da sua comunidade na plenitude aquilo que é o primeiro desígnio. Estamos, aqui, para nos sujeitar a essa avaliação, isso deixou

outras matérias para um plano que deixou de ser prioritário. Mas, tínhamos de fazer opções. Essas opções foram feitas conscientemente, tomando como prioritário a restituição da esperança na vida das pessoas. Naturalmente estaremos todos sujeitos, disponíveis a essa avaliação, a essa ponderação e acima de tudo ao juízo que cada um venha a fazer. Esta é uma questão que é determinante, porque veremos na apresentação das atividades implicou que, quase durante um ano, tenhamos tido um ponto de estagnação em alguns domínios. E, após 18 meses, ainda estamos a distribuir habitações. Se nos lembrarmos que as primeiras intervenções começarem em maio de 2018. À data de hoje, estão 30 habitações não concluídas. Não é não iniciadas, é não concluídas. Entre maio e junho teremos este processo praticamente fechado, ficando uma ou outra para concluir em julho. Esta nunca deve ser matéria para que ninguém se orgulhe, mas deve ser matéria para que tenhamos a consciência tranquila de tudo ter feito no menor tempo e com a máxima dedicação."

Seguidamente, o senhor presidente da câmara apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 4 e 5), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de fevereiro até à presente data.

O membro Rui Santos interveio:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, caros deputados.

Sobre a questão do centro hospitalar e da oncologia, aquilo que soube para além de ter perguntado, em primeiro lugar, suponho que a senhora ministra ainda não tinha tido tempo de ter lido os papeis que tinha no gabinete e pelos vistos não tinha visto um documento, se é mau ou não é outra coisa, mas ele existia. Como pedi que me fosse enviado, enviaram-mo. Aquilo que sei, e até vem pela via da empresa que está a fazer, julgo que o que está agendado é que o centro hospitalar fará um dia de educação do serviço nacional de saúde e da aquisição dos serviços nacional de saúde e é que haverá por parte do gabinete, que está a fazer o estudo de projeto de obra, haverá uma apresentação de um anteprojeto das alterações para criar uma enfermaria dedicada para

servir o serviço de radioterapia e da instalação. A ideia que me chegou, já por outro lado, é que o que se pensa e não tendo funcionado, nem tido desenvolvimentos a nível do IPO de Coimbra no projeto de aquisição conjunta dos aceleradores, o que se pensa é que a solução para encontrar os equipamentos será de aluguer operacional de equipamento de radioterapia. Se isso vai ou não funcionar, é algo de temos de ver. Que não vai funcionar este ano, isso não vai.

Por mim, estamos perfeitamente de acordo, prioridade absoluta é o problema da urgência e que não pode ser retardado. Toda a gente conhece a minha posição, porque ela é pública.

Em relação à questão ambiental, mais concretamente a limpeza dos rios que é preciso fazer e remoção do material. Outra questão é a situação da estação elevatória de Caparrosa. Acho que devemos ter isto em conta, o que não consigo perceber e o meu problema é se o problema que existe no rio Dinha não será provavelmente devido a esgotos domésticos. Está ali o Zé Carlos que pode ser interessando nisto. O que acontece é que o peixe que havia no rio Dinha, quando era miúdo e há 5 ou 6 anos atrás, estamos a falar de espécies pequenas: do bordalo, da boga e o peixe vulgarmente conhecido por asa vermelha, todo ele desapareceu do rio. Não se vê um peixe. Não sei se porventura num lugar profundo, mas não os vejo, havia ao pé da ponte do Ribeiro uns barbos. Lembro-me de ver há cerca de 5 anos, meia dúzia deles, neste momento também não se vêm. Neste momento o rio até tem uma corrente razoável, parece indiciar que há um problema de poluição química, porque é isso que justifica um desaparecimento tão grande. Isso é que seria interessante saber, qual é a origem, porque poderemos não resolver o problema só com o saneamento urbano que se está a fazer em Caparrosa. Segundo informação que tenho, aqui mais para baixo, o rio Dinha, apesar dos esgotos de Tondela e outros, até tem peixe e até algumas trutas. O é que se passa numa região mais a nascente, neste caos no rio para que o peixe que havia tenha desaparecido? Do pouco que sei, pela minha formação inicial, parece-me que há questões que só são explicáveis pela poluição química. É evidente que os processos de transformação dos esgotos domésticos, também dão problemas de poluição química

associados. Temos, ali, uma pessoa das bioquímicas ou das biofísicas, que pode falar melhor que eu. Mas, que neste caso, era importante saber de onde vem a origem, é importante.

Em relação às atividades, só queria mais uma coisa. Acho que a câmara municipal de Tondela e o senhor presidente devem ter orgulho no facto de se ter trabalhado e de se ter conseguido resultados, em cooperação com as entidades. Nunca em Portugal se desenvolveu, na sequência de uma tragédia, um processo de recuperação com as dificuldades que existem num ou noutro aspeto, como aconteceu com os incêndios primeiro em Pedrogão, com um esquema um pouco diferente, quer depois aqui no resto da zona centro. Mas, acho que o presidente da câmara de Tondela e o município tem razões para terem orgulho no trabalho que está a ser feito. Como quem apoiou tem orgulho e razões para o terem feito. O problema é que isso não pode justificar outras coisas, mas que têm orgulho, têm que ter. A câmara tem serviços de uma determinada dimensão e com um conjunto de processos em obra que precisam de acompanhamento a reconstruções, sobretudo na parte que tem a ver diretamente com a CCDRC, em que o projeto envolve a fiscalização da obra. Mas, temos de ver que isso não serve para tudo. Mas, em relação ao resto, não pode servir para tudo."

O membro Abílio dos Santos tomou da palavra:

"Uma das coisas que me preocupa, ora não seja um especialista na matéria, é o problema dos eucaliptos. O senhor presidente disse que em algumas zonas já está a ser combatido aquilo que chamo problema de eucaliptagem. Mas o que é certo é que em algumas zonas, estão a crescer eucaliptos de forma abrupta. Há zonas, onde o seu crescimento está a ser de forma significativa e estamos apenas em abril. Tenho medo que este crescimento não traga outros problemas muito graves, quando chegar a época dos incêndios.

A EN 2, no inverno é intransitável. Quando chove e há nevoeiro, é difícil conduzir a mais de 20/30 km, porque não se vê nada. Penso que esta situação está a ser resolvida.

Os Moinhos de Souto Bom, grande chamariz da região, estavam até há bem pouco tempo, com um aspeto nada dignificante. Queria saber, senhor presidente, se já começou ou se vai começar em breve a sua recuperação.

Quem sobe o Caramulo, sente uma nostalgia por ver uma das zonas mais bonitas do país. Para mim, neste momento e considerando depois do Gerês, a serra mais linda, o Caramulo está para além de desertificado, não tem qualquer atração. Por outro lado, quando se desce, só vê pinheiros ardidos. Não sei se é intenção da Câmara e dos privados proceder ao corte daquelas arvores e efetuar a devida reflorestação.

Uma referência especial ao Queima de Judas, ao trabalho desenvolvido pela câmara e sobretudo à Acert. Com o agradecimento à Acert pelo excelente trabalho que nos apresentou e ao público em geral que esteve presente.

Queria agradecer ao senhor presidente da câmara e a toda a edilidade o facto de ter proporcionado nestes últimos três dias a inúmeras pessoas de Vila Nova da Rainha termos ido a Santiago de Compostela. Promessa que tinha feito, na qualidade de cidadão. Foram 3 dias de bom convívio e temos de agradecer à câmara a sua contribuição para que tal pudesse acontecer. Em nome de todos os participantes e em meu nome pessoal, obrigada.

As duas associações, como já aqui foi dito, de Vila Nova da Rainha, estão inativas, por motivos diferentes. Se elas estão neste estado, a culpa não cabe a nenhuma entidade, cabe apenas a problemas altamente burocráticos que não se conseguem desbloquear."

O membro Arménio Marques tomou da palavra:

"Senhor presidente da assembleia, respetiva mesa, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, senhores deputados.

Só há peixes em rio que tenham água. Se o rio não tiver água não há peixes. O rio Dinha tem nove meses de rego, pelo que os peixes morreram. Esse pequeno rego ás vezes traz de facto qualquer coisa que não deveria estar no rio. O problema do rio Dinha

é do Planalto. Não há água no rio Dinha. Há cerca de 10 anos, secou. É um pequeno rego, que penso eu, será dos afluentes das ETAR´s, Vilar e Nandufe. Mais ou menos poluído, o que é certo é que vou vendo, durante esses meses, coisas não deveria ver. O mal é este, ou temos água para beber ou temos água no rio Dinha. Anteontem ainda havia muita água, ontem já não havia, pois quando fecham não há água. A partir de determinado local, vai havendo água, porque são os nascentes dos terrenos que abastecem o rio. Vejo no fundo da minha propriedade mais água do que ao cimo. É dos nascentes. Como grande parte do rio Dinha é rochedo e não tem água, não há água. Este ano por não ter chovido com abundancia, não houve enchentes."

Continuou os trabalhos, intervindo o membro João Carlos Figueiredo:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores secretários, senhores e senhoras deputados.

É um facto indesmentível que para além da dinâmica empresarial, conhecida no nosso município, e que acho que todos reconhecemos, que o município de Tondela tem sido um exemplo para toda a região. Para além da capacidade de investimento que fazem de Tondela um exemplo na região e fora dela. Para além da criação e fixação de emprego, muito dele qualificado que proporciona a colocação prática de conhecimentos adquiridos. Na dinâmica própria do município, permitam-me que destaque 3 ou 4 pontos. A primeira, tem a ver com aquilo que o senhor deputado Rui Santos referiu, que tem a ver com a recuperação das habitações. É um facto, senhor deputado que foram proporcionadas condições para socorrer as populações perante uma tragédia nunca vivida no nosso município. Mas, também, é um facto de que a resposta do município de Tondela face a tamanha tragédia, porque nunca é demais, infelizmente, lembrar, de que o concelho de Tondela foi aquele que foi mais assolado por esta tragédia. E, perante tamanha dimensão, a atuação do município foi proporcional a essa necessidade. Julgo que esse fator por muito que queira ser desvalorizado, tem de ser colocado na discussão, porque se somarmos o empenho do município, a afetação de técnicos, a disponibilidade, a capacidade de concretização. Se somarmos com os recursos físicos e financeiros que o governo colocou à disposição, não temos dúvida de que o município de Tondela fez um

trabalho notável ao longo deste tempo. Isso tem de ser referido, porque teve um impacto a vários níveis, quer na ação politica, quer na ação técnica e humana.

Uma referência às Zonas Industriais do Lajedo e de Tondela que proporcionam essa diferenciação positiva do nosso território e que são um exemplo consolidado do nosso interior do País. Depois do trabalho notável que temos de reconhecer que foi feito na ZIM do Lajedo, segue-se o trabalho que está a ser feito na ZIM de Tondela que praticamente duplica a sua dimensão, permitindo dar resposta proporcional aos investimentos e às solicitações que são feitas à autarquia.

A sensibilidade da autarquia aos percursos pedestres e à forma como eles foram redirecionados, sobretudo como eles foram ajustados àquilo que também são as espectativas dos seus participantes, valorizando a fauna, a flora, o património e a paisagem.

Também, não menos importante a Feira do Livro e da Leitura. Julgo que é consensual dizer que todos os recursos que podemos alocar à educação são sempre vistos como um investimento e nunca como uma despesa propriamente dita. Os 26 dias desta iniciativa não deixam de colocar, a esse nível, o município de Tondela na linha da frente da consciencialização e da educação, com o conhecimento e bem-estar das próximas gerações.

Para terminar, duas referências breves, mas não menos importantes, à participação ativa da câmara municipal quer na Queima de Judas que cada vez mais é um cartaz de visita ao nosso território e um elemento diferenciador pela positiva da dinâmica cultural do nosso território. E, também, e bem, a comemoração associada ao 25 de abril, porque ainda ontem nos apercebemos do que aconteceu em Espanha. Nunca é demais lutarmos pela liberdade como um fator, não só de propaganda, mas um fator de prática diária."

O senhor presidente da câmara tomou da palavra e interveio

"A intervenção que está a ser feita nos rios, no âmbito do projeto de parceria desenvolvido pela Agência Portuguesa do Ambiente é para os trabalhos também

identificados pela APA. Aliás em boa verdade, os municípios estão a ser o veículo da APA. Estes trabalhos são da sua responsabilidade e que se prendem com a manutenção dos ecossistemas. Como não tinham meios para desenvolver tantas empreitadas, porque também estão noutros municípios a desenvolver trabalhos, utilizaram o veiculo dos municípios para os satisfazer. Estas intervenções são limpeza das zonas ribeirinhas, para que os ecossistemas se possam restituir. A questão aqui colocada tem outra dimensão, que é porque em boa verdade em alguns cursos do rio Dinha existe ou não atividade piscícola, se existe ou não fauna, o que é que nesses domínios ocorre? No caso em concreto, grande parte do percurso do rio Dinha não tem intervenção direta de ETAR´s. O senhor Arménio cruzando com este tema, traz-nos a questão associada à barragem do Paul. Em boa verdade, o caudal ecológico que está definido é um caudal que pode ser limitador. Discute-se, no quadro da concessão, a eventual subida ou não de meio metro no caudal de descarga ecológico. Para maior armazenamento de água, em 2 anos de seca teremos um problema de abastecimento público de água. A barragem, num ano de seca, está dimensionada para isso. Mas se estivermos com os 2 anos de seca, a solução poderá ser diminuída ou ultrapassada se o caudal da descarga estiver com mais 50 cm. Não é aumentar a barragem, é ´aumentar o caudal da descarga, que consequentemente armazena mais água. É uma matéria a posicionar-se e estará sujeita a avaliação de impacto.

O senhor Abílio colocou um conjunto de questões sobre a eucaliptalização que possa estar a ocorrer. Das primeiras imagens que trouxemos no arranque de 2018, foram imagens áreas onde autênticos alfobres de eucaliptos, então ainda com 10 ou 15 cm, que nos preocupavam. Disse-o de forma pública, partilhei essas preocupações e mantenho-as. Muitas das áreas no pós-incêndio estão a funcionar bem. Aquela quer mais preocupações me deixa, porque é estrutural é o que tem a ver com planeamento e ordenamento florestal. Precisamos de uma Lei que permita intervir com meios duradouros para que haja a remoção nas margens destes caminhos, porque o existir estes alfobres em aglomerados florestais é preocupante, mas está aí confinado. O problema é que ao longo de muito desses caminhos, brevemente não se poderá circular, sem que haja o corte, a irradicação destas espécies, sob pena do custo que hoje se tem, amanhã

ser necessário repeti-lo. Antes da crise de 2017, do incêndio, a limpeza da faixa de gestão era de 500/600€ o hectare e este valor à data de hoje duplicou. Em alguns sítios, a manter-se a legislação que existe, não me permitir cortar, não me permite desbastar, não me permite entrar e movimentar o solo, que é única forma de acabar com a regeneração que está a acontecer. Agora gasto 1 500€ e daqui a meio ano aquilo que foi intervencionado já não está a respeitar a Lei, porque se estes arvores tiverem mais de 50 cm de altura, já sou obrigado a fazer a faixa de gestão de combustível. Isto não é possível. Nós tomamos uma opção, como a generalidade dos municípios, que foi dar prioridade às freguesias classificadas de primeira prioridade. Mas esta classificação vai mudando, daqui a uns anos aquelas que não eram de primeira prioridade, passaram a sê-lo. Não sei onde há recursos financeiros para poder satisfazer estes compromissos. São opções que temos de tomar. Defendo uma medida legislativa que permitisse intervir com equipamento pesado para poder mobilizar os solos em todas as vias que fossem classificados de 1ª prioridade e que fossem consideradas como elementos estruturais na rede viária, rodoviária e florestal, porque há caminhos e estradões que são imprescindíveis para a rede florestal.

Zona Industrial de Tondela: estamos a comprar muito mais terrenos do que os necessários para a expansão, porque já estamos a adquirir terrenos para que eles próprios sejam a faixa de proteção. Iremos em breve, em toda a zona envolvente à Valouro até quase à zona da Kimika, nos terrenos adquiridos, mobilizar esses solos e plantar espécies autóctones, para que a partir daí não tenhamos mais eucaliptos nessa zona. Mas não é possível comprar 10 metros a longo de todas as estradas, isso é impensável. Este é um problema estrutural do país.

Pintura da EN2: não é toda a EN2. A zona que está pior é a zona da Adiça até ao limite do concelho. A zona de Sabugosa foi há pouco tempo pintada. Falta a zona afetada pelo incêndio.

Caramulo o que foi e o que é, a história não irá retomar, por um lado bem, sinal que não existe a doença que permitiu que há época se tivesse desenvolvido os senatórios. Mas, a pergunta é o que é que hoje podemos fazer para reposicionar o

Caramulo como elemento estrutural na promoção turística, na qualidade de vida e na captação de investimento? Há investimentos que são públicos e esses temos de os fazer. Principal investimento, rede de abastecimento de água. É sabido que a rede de abastecimento público que hoje existe, é dos anos 50 da então Sociedade do Caramulo. Ainda as próprias captações são da Sociedade do Caramulo. O projeto foi a concurso, adjudicado por 2,3 milhões de euros que inclui novas captações, novas adutoras, novos reservatórios e nova rede de distribuição. Já tínhamos remodelado toda a parte direita, quem sobe, na avenida Jerónimo Lacerda. Falta todo o miolo e em particular numa zona sensível, que tem em termos de classificação de solo, mais de 70% de área rochosa. Esta é uma obra estrutural. Segunda questão é necessário pensar na remodelação da ETAR. A ETAR atual que cumpre a legislação é dos anos 50. Cumpre a legislação, mas para aquilo que é o crescimento do Caramulo obrigará a esse repensar.

Os parques Jerónimo Lacerda e Sameiro requalificados e a intervenção nos antigos viveiros: diria que com isto, temos investimento público e determinante. Há um problema que é transversal que é o impacto urbano ao chegar ao Caramulo e nos depararmos com alguns edifícios, cuja volumetria é muito significativa. E, quer queiramos quer não, isto tem um impacto nas pessoas. Ao longo dos últimos tempos, julgo que se tem dado passos significativos para que gradualmente as questões se venham a alterar. O antigo senatório Santa Maria que estava na Parvalorem, como outros equipamentos, foi adquirido e será transformado em habitação. Ora, será menos um problema dentro do edificado devoluto, e degradado do Caramulo. Estamos a trabalhar a outros níveis e, provavelmente, numa próxima assembleia municipal traremos a esta casa um entendimento para o maior edifício que tem impacto negativo no Caramulo. Estamos a trabalhar com muita determinação e acima de tudo com uma visão estratégica.

Em relação aos pinheiros queimados e o que fazer, neste momento está o município a intervir com aquilo que tem a ver com a EM 230, nomeadamente a zona de Litrela até Janardo, abatendo arvores queimadas. O que não podemos fazer é dentro de terrenos privados, ir lá e abatê-los. Ao longo da estrada sim, porque a lei nos autoriza

nos 10 metros em que estamos a intervir ou em alguns casos potencialmente mais, se a projeção dessa arvore, faz antever que ela a cair, vá cair para a via pública. Como estamos a fazer na Ecopista, em área que não era da nossa jurisdição direta, mas temos que o fazer. Também me desagrada, em Janardo e Figueiral, começar a ver algumas bolsas de eucaliptos que estão a surgir, licenciadas pelo ICNF. Já o disse no pós 2013 e assumo-o, nós não queremos uma serra voltada para o turismo, mas sem pessoas. Tem de haver atividade económica. É possível haver atividade económica em zona adstrita a eucaliptos, como é o caso da zona em Mosteirinho. E haver uma outra área mais virada para o potencial paisagístico, como deveria e deve ser a encosta voltada a nascente. Isto implica que nas entidades responsáveis pelo licenciamento haja esta sensibilidade.

De facto, o concelho pode ter muito potencial, mas temos de ter em primeiro lugar a perceção do investimento estratégico e duradouro. Alias, a intervenção da Drª Cristiana, no período antes da ordem do dia, quando se focava nas preocupações do abril de hoje e que depois foi segundada pelo Dr. Rui Santos, e centrando-se nos problemas do mediatismo. Só há uma forma de gerir esse problema, é apostar na educação. Se tivermos uma educação capaz de potenciar o sentimento critico, a capacidade de interpretar e perceber, só aí seremos capazes de afastar aqueles que com o populismo mais fácil ou com a manipulação mais atrevida condicionam o livre pensamento. Por essa razão, os projetos no domínio da educação e da produção cultural, continuam a ser projetos de elevado valor. Mesmo com cortes noutros domínios por parte da administração central, não deixamos de apoiar em 152 000€, em contrato firmado que é do nosso conhecimento. Por isso mesmo, não temos reserva em afirmar que estamos a construir, com todos, também, abril por esse caminho. Que é um abril na multiculturalidade, da oferta diferenciada, mas cada vez mais da capacidade crítica, tão indispensável numa sociedade livre.

Os Moinhos, de Souto Bom tem uma parte que está associada ao FSUE. Grande parte das rampas foram atingidas pelo incêndio e serão reabilitadas. Sendo um facto que relativamente aos moinhos, ontem na rota já existente, foram visitados, estão em condições de terem alguma intervenção de requalificação, mas em particular nas rampas

estão nos trabalhos a requalificar, no âmbito dos Fundos de Solidariedade da União Europeia. Muito obrigado."

2.2. Análise, discussão e votação da conta de gerência de 2018

O senhor presidente da câmara explicitou:

"Este documento foi à reunião de câmara, foi feita a discussão política que aqui também quero fazer, teve o voto contrário dos senhores vereadores em regime de não permanência e reafirmamos um conjunto de princípios que nos parecem ser indicadores de resultados. Uma prestação de contas não se resume só pelos resultados transitados, mas eles também são importantes e avaliam-se por um conjunto de outros indicadores. No decurso de 2018, o município aumentou a sua capacidade de endividamento. Amortizamos, durante este período, cerca de 700 mil euros. Os juros, pelas circunstâncias da Euribor está nos valores que são conhecidos, vieram a ser favoráveis. Grande parte do encargo foi com amortizações e não com juros, o que é bem significativo. À data em que estamos, 31 de dezembro, teríamos uma capacidade de endividamento já recuperada de 4 milhões de euros, lembremo-nos que em 2016 contraímos um empréstimo de 4 milhões e que muitos diziam que estávamos a limitar o futuro. Já recuperamos essa capacidade e considerando a "lei travão" das finanças locais, porque se não existisse esta lei, conhecida do tempo da Drª Manuela Ferreira Leite, em que reduziu em 20% a capacidade de endividamento, então teríamos com um montante cinco vezes superior.

Quero registar que temos um prazo médio de pagamento de 15 dias. A nossa demonstração de resultados tem no seu resultado liquido de exercício uma afetação menos expressiva do que gostaríamos, porque à data de 31 de dezembro, um milhão e cinquenta mil euros de despesa com faturas com a EDP estavam em conferência, na medida em que essa faturação entrou no final do ano de 2018 e como tal não era possível resolver o seu pagamento sem a conferência prévia. Naturalmente, este indicador veio prejudicar o resultado liquido do exercício.

A 31 de dezembro, tínhamos um saldo de gerência, onde estão incluídos o valor de operações de tesouraria de 1 000 030€. Como sabemos os valores de operações de tesouraria são valores que estão à nossa guarda, mas não são valores que possamos incrementar no nosso exercício orçamental. De facto, é um valor significativo oito milhões de euros que vamos incorporar na revisão orçamental. O objetivo de uma câmara é ter um resultado orçamental desta natureza? O primeiro objetivo é ter contas equilibradas. O segundo objetivo é gerir os recursos, promovendo naturalmente investimento, que possa corresponder a qualidade de vida das pessoas. Nessa circunstância, eu enfatizo os indiciadores que aqui trouxe. O município de Tondela tem contas mais do que equilibradas. Tem excelentes contas, à sua dimensão tem contas equilibradas.

O saldo da conta de gerência é um saldo elevado, porque tivemos de tomar opções. Não é possível dissociar as coisas. Queremos resolver e bem a operação pós-incêndio. E, isso implicou-nos colocar em segundo plano alguns investimentos estruturais, mas que implicavam e implicam ter de tomar opções em cada momento. Foi colocado em segundo patamar o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, este procedimento ainda foi aberto em 2018, o projeto que existia inicialmente apontava para cerca de 1,7milhões de euros. Poderíamos ter corrido o risco de ter colocado a obra em concurso, como aconteceu no IP3, e passado um mês o empreiteiro que a ganhou tê-la abandonado. Tivemos de tomar opções, rever o projeto, porque sabíamos em 2018 que os preços de mercado estavam a subir. O novo Código da Contratação Pública obriga que se pondere se determinada obra acima de meio milhão de euros deve ou não ser dividida em lotes, para que empreiteiros mais pequenos não tenham um alvará tão elevado, possam concorrer. Essa questão teve de ser colocada no Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, tal como de teve de colocar na Zona Industrial de Tondela, que tivemos de rever o projeto, para que em vez de ser um único lote fossem criados 5 lotes. Pode ser a mesma empresa a ganhar, mas também pode ser outras empresas a concorrer para lotes específicos e esta mesma circunstância também nos fez colocar lotes sobre a obra de água e saneamento ao Caramulo. Obviamente se estas 3 obras, que são significativas não se iniciaram no prazo previsto de 2018 e se estão agora a deslocar-se

para 2019, naturalmente que a execução da receita e da despesa de investimento tem de ter este reflexo. Se são obras com fundos comunitários, se não se executaram naquele período, também não poderia haver cofinanciamento. Estas 3 obras representam cerca de dez milhões de euros. A Zona Industrial irá concurso por cerca 3,7 milhões de euros, o Centro Tecnológico foi a concurso por 3,3 milhões de euros, as aguas e saneamento ao Caramulo foi adjudicado por 2,3 milhões de euros, que esperamos ter visto do Tribunal de Contas durante o mês de maio.

Estes são os factos. As opções tiveram de ser tomadas. Por isso, não me preocupo que alguns digam que o saldo da conta de gerência é elevado, porque esta ou aquela obra não se fez. Grave era não ter feito as obras e não ter dinheiro. Isso é que me preocupava. Felizmente, o que não foi possível fazer por opção, será feito agora. Não perdemos em momento algum nenhum fundo comunitário e os recursos do município estão cá para fazer aquilo que estamos ainda a tempo de fazer, neste mandato, que iremos cumprir e concluir as obras a que nos propusemos. estamos sujeitos a ser avaliados por aquilo que fizemos e por aquilo que tivemos de adiar face à urgência das condições que não escolhemos, mas que foram aquelas que as circunstâncias fatídicas do outubro de 2017. Gostaria de deixar estes indicadores, todos os demais dados são do vosso conhecimento."

O membro Jorge Henriques interveio, anexo 6.

Seguida, continuou:

"O senhor deputado Rui Santos disse há pouco que iria enviar a lista dos familiares que também foram nomeados, pelos diversos governos. Penso que não se pode justificar um erro, com outros erros. Esse é o pior sinal da democracia. Quando nós exercemos ou queremos exercer funções públicas, temos sempre de querer fazer melhor e diferente. Quando se quer fazer política, quando se quer fazer a apologia dos valores, quando se quer mostrar, como vem apregoando a esquerda que é a força dos valores, da moral, temos de fazer diferente. Isto não pode servir de exemplo.

Antecipando o vosso voto contra, em relação a este relatório, não é sensato, quanto a mim, vir dizer que se vai votar contra, quando, por um lado, se reconhece o trabalho, o esforço, por outro lado justifica-se o voto contra por esse trabalho e por esse esforço. Não entendo, não compreendo. Muito obrigado."

O membro Rui Santos tomou da palavra:

"Senhor presidente, restante mesa, senhores deputados.

Iremos votar contra, não por essas razões que disse, mas por outras. Não vale a pena estarmos aqui num dialogo de surdos, nem a relação que aqui existe é essa.

A minha posição sobre estas questões é pública, escrevi há dias no jornal de Tondela e julgo leu, senhor deputado. Vou-lhe dar um exemplo, fui Diretor Geral da Educação e na altura havia júris regionais de exames e júris distritais. Quando a certo momento surgiu um problema, tinha sido feito uma nomeação, que não por mim, um presidente de júri regional da Guarda, que tinha um filho a fazer exames de 12 ano, quando soube e atendendo que já tinha ocorrido a nomeação, a medida que tomei foi dizer que daí em diante não haveria mais situações desse género. Acontece que por razões que advém daí, a presidente de júri de exames no ano da distrital de Viseu, a maior parte das pessoas que estavam na constituição desse júri eram nomeadas pelo governo anterior, PSD, pessoa que sou amigo. A minha mulher também fazia parte do júri e o hábito que havia era que a sucessão era pela antiguidade, nesse ano caberia à minha esposa ser presidente de júri, por essa via. Mas como era minha esposa, recusei-me a nomeá-la, criando alguns poucos entendimentos tanto em casa, como pelas pessoas do júri, porque era um grupo que já funcionava há vários anos. Esta é a minha perspetiva destas coisas. Não vale a pena tentarmos vir agora fazer as ondas que fazem com isto, quando se fez exatamente o mesmo. Não vale a pena recorrer a demagogia fácil, quando falamos em nomeações, apenas conjunturais de assessorias para cargos específicos de políticos, mesmo que aí, como já escrevi e toda a gente sabe, eu não defendo aqui um governo, é uma espécie de empresa familiar. Mas, olhe que se olharmos para este município, e para outros aqui à volta, do PS e do PSD, virmos como que é a distribuição dos funcionários e pensarmos quem foi presidente da junta e virmos

quantos familiares é que há dos anteriores presidentes de junta diretos e indiretos nos municípios, como são as relações de familiares nas associações, se calhar tínhamos razões para estarmos mais preocupados, porque isso tem períodos limitados. Aquilo que tem de ser princípio estrito é que pessoas nomeadas por confiança política não podem prolongar as suas funções para além que é o mandato. Por muito que isto custe, considero um erro que tenha de deixar a haver a nomeação por confiança política dos diretores gerais, subdiretores gerais e equiparados. O que isso levou, como já escrevi, é um clima de desconfiança de quem dirige, em cima, e as sucessivas contratações dos serviços exteriores, por falta de confiança por quem dirige. Não quero ofender as pessoas, mas a CRESAP é uma "brincadeira" que estão a fazer connosco, não querendo ser claro e transparente nestas cosias. Quem assume funções políticas, assume e assume as suas responsabilidades e quando acaba o mandato, acaba a comissão. Isso não está escrito na lei e deveria estar. Quanto ao resto, julgo que os partidos têm de fazer uma enorme reflexão. O problema está na forma como funciona os partidos, que são essenciais à democracia portuguesa. E, sobretudo, no que é o carreirismo que se faz, desde a juventude partidária. Aí, temos todos as responsabilidades de refletir e procurar encontrar soluções, porque aí está campo fácil para o populismo e é daí que advirão os riscos maiores para a democracia.

A minha posição é muito clara, existe, não usemos isto, só em termos de brincadeira. Para falar a sério, do futuro do país não é uma questão central e essencial. Mas, temos outras, porque é que há estas ligações todas, porque é que se ajusta ou não ajusta quadros de pessoal ali e acolá, porque é que há um lugar aberto para isto e depois se abre outro para ali. Essas coisas é que são importantes, porque são estáveis, são para o futuro e são problemas de princípios. As questões de nomeação política são importantes, porque não se devem chegar a estas situações, não é aceitável de modo algum, mas há um limite temporal, por enquanto. É preciso encontrar outras soluções. Cabe aos partidos políticos, pensando muito, para ver como se gere esta situação de nomeações sucessivas por estas relações, porque em vez de abrirem, estão a fechar, para mal da democracia."

O senhor presidente da câmara interveio:

"Quero solicitar à assembleia que os pontos do período da ordem do dia sejam aprovados em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Quero fazer o reconhecimento político, porque denota a boa estruturação do documento que apreciaram, se tenha resumido à discussão da ética dos lugares. Registo positivamente. Obrigado".

O presidente da mesa colocou a solicitação do presidente da câmara ao parecer da assembleia que anuiu a que todos os pontos fossem aprovados em minuta.

Colocada à votação, a conta de gerência foi aprovada por maioria com os votos contra dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Carlos Viegas e Jorge Batista; as abstenções dos membros: Mário Simões e Francisco Coutinho e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho

O membro Rui Santos efetuou uma declaração de voto, que se transcreve:

"Declaração de voto- Votação do Relatório e Conta de Gerência de 2018

Esta assembleia é o órgão político máximo do nosso município, a quem compete aprovar as orientações de política municipal, fiscalizar politicamente a atividade da Câmara Municipal e apreciar, para aprovar ou não a aprovar o Relatório e Contas apresentado pelo Executivo Municipal, não tanto do ponto de vista das técnicas contabilísticas, mas sim do ponto de vista político da adequação dos resultados

conseguidos nos vários aspetos das competências municipais em função das políticas e planos nela aprovados.

Apreciámos hoje aqui a prestação de contas do ponto de vista essencialmente político, e a nossa apreciação dos documentos de suporte e das respostas e dos esclarecimentos que aqui foram prestados decidimos o nosso sentido de voto contra a aprovação do Relatório e Contas pelas razões que de forma sintética apresentamos:

a)Quando se compara a execução orçamental efetivamente realizada com o Orçamento e PPA aprovado encontramos um enorme desvio entre o que foi prometido e o que foi realizado, quer em termos de receita global cobrada, quer em termos de execução de despesa;

b) Se em termos da cobrança de receitas corrente a diferença entre a receita corrente orçamentada e a receita cobrada (94,24%) se aceita perfeitamente, e nas receitas correntes dificilmente assim não seria uma vez que o grande volume de receitas vem de transferências garantidas da Administração Central em termos de regras legais definidas para todos os Municípios, já as receitas de capital efectivamente arrecadadas revelam uma inaceitável discrepância entre o executado e o orçamentado (menos de 33,5%).

E se se concorda em absoluto que era necessário dar, no final de 2017 e início de 2018, uma grande prioridade aos trabalhos necessários à reconstrução depois da tragédia dos incêndios de Outubro de 2017, com os recursos humanos do município não se justifica tão baixa taxa de execução, que parecer ser resultado da não execução de obras já lançadas ou que deveriam ter sido lançadas que com a sua execução permitiriam arrecadar receitas com origem em fundos Comunitários.

c) No campo da execução da despesa, se a execução da despesa corrente atingiu uma percentagem aceitável de 74%, dependentes das despesas fixas com pessoal que chegaram aos quase 95%, já execução das despesas de capital se ficou por uns baixíssimos 41,27 %, valor ainda mais criticável já que a execução do Plano Plurianual de Investimentos se ficou por 36%, sendo que este plano é o instrumento fundamental

para o desenvolvimento do Concelho, que com este nível de execução fica comprometido. É que a alegação de falta de verbas para suportar a execução não colhe, porque mesmo que não houvesse recebimentos de Fundos Públicos Comunitários, que só se recebem se houver candidaturas aprovadas e execução nas mesmas, a despesa de capital total executada está apenas na casa de 50% do saldo transitado da gerência anterior, aliás em grande parte resultante de empréstimos contraídos que não estão a ser usados e de que o Município está a suportar juros sem o proveito do uso da obra feita.

Aliás, este baixo nível de esforço de execução nas despesas de capital começa a levantar-nos dúvidas se não estaremos perante uma estratégia deliberada de concentração de execução de obras a esmo a partir do meio de próximo ano e em 2021, ano de eleições autárquicas.

d) Além disso não aparecem evidenciadas e discriminadas neste relatório as contas da Ficton, como esperávamos que acontecesse em função do debate que sobre o assunto já ocorreu nesta Assembleia e da informação então transmitida pelo Sr. Presidente da Câmara de que se estava a proceder a uma avaliação do modelo a seguir para a Ficton. Esperávamos não ter de futuramente vir a requerer formalmente a apresentação desses dados, pois consideramos que que a Ficton é importante para o Concelho em geral e para o seu tecido empresarial em particular, mas importa ter informação necessária e transparente sobre a relação curso benefício e sobre o seu modelo organizativo.

Como ficámos a saber pela Comunicação Social e pelas informações aqui prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara na Assembleia Municipal de 22 de Fevereiro passado, foram feitos pagamentos indevidos em anos anteriores ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador Pedro Adão, que já estavam durante 2018 em averiguação e avaliação, averiguação e avaliação que levaram à reposição de mais de 22000€ em 2019 pelos já mencionados. Para nós essa situação deveria, do ponto de vista da administração política da Câmara ser incluída nas contas de 2018, pelo que consideramos que para além do ponto de vista contabilístico, o Relatório e Contas não é correto, sendo esta mais uma razão para não o aprovarmos."

2.3 Análise, discussão e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezanove

O senhor presidente da câmara interveio:

"Normalmente, uma declaração de voto explica os argumentos que se utilizaram em fase de debate e que possam nessa circunstância ser contraditados, é o princípio da ética que assim o recomenda. Foram colocados dois argumentos nessa declaração de voto que em momento algum aqui foram trazidos, no momento da discussão. Em momento algum, na declaração que aqui fiz, disse que foi por falta de recursos que determinadas obras não avançaram. E essa citação está aí. Em momento algum, a questão da Ficton aqui foi colocada, nem ela poderia ser detalhada nos termos em que é a prestação de contas. Coisa diferente é politicamente querer conhecer-se e exercício da Ficton. Terceiro, reposições abatidas sobre exercício anteriores e seu enquadramento contabilístico. Sublinho. Não é eticamente aceitável que se puxem para declarações de voto, matérias que não sujeitaram ao debate contraditório, mas é um problema de princípios.

Esta revisão, em grande parte, transpõe para o orçamento cerca de oito milhões de euros, que resultam do saldo orçamental. O nosso objetivo é claramente concluir o ciclo das intervenções às habitações, nos próximos dois meses. E, focarmo-nos, não em meados de 2020 ou de 2021, mas no dia em que tenhamos todos os recursos humanos disponíveis para o poder fazer. Há um reforço, desde já de 380 000€ para aquisição de terrenos, ainda associados a expansão de ZIM´s e de áreas de proteção às mesmas. Reforçou-se, com uma verba significativa de 620 000€ para celebração de protocolos com um número significativo de freguesias. Há várias freguesias com quem temos reunido, com quem tem um conjunto de planos e objetivos que estão previstos, projetos em mão. Sendo um orçamento municipal não deixará em muitos projetos que aqui estão, de implicar as próprias freguesias, na sua boa execução. Convém dizer que na prestação de contas, relativamente a algum grau de execução, mais de meio milhão de

euros de contratos com freguesias estão em execução atrasada. Também aí importa que as coisas se possam acelerar. Em muitos casos tem o mesmo problema com que estão a sofrer os municípios, por terem determinado valor para lançar a concurso e as empresas estarem a apresentar valores superiores. O que obriga a lançar novo concurso. Foram criadas nesta revisão ações e projetos específicos para detalhar sempre que necessário e com mais precisão a aplicação de recursos. É criada a ação para uma nova sala de prolongamento de atividades do jardim de infância de Tonda. É claramente posicionado no orçamento, um valor definido, a reabilitação da USF de Tondela. Como sabem é uma obra que tem de entrar no mapeamento. No mapeamento da saúde não se vislumbra que exista dinheiro para este fim, pelo que o município fez uma reprogramação aos seus fundos comunitários, para garantir que neste momento esteja com estes 520 000€ definidos e 90 000€ a definir. Estes valores terão de ser reprogramados, porque a obra terá de ter projetos de espacialidades que estão a ser executados e visto de Tribunal de Contas, pelo que antes de outubro não se poderá iniciar. Está assumido com a EIMAR ou sem ela, iremos lançar o desenvolvimento da obra de requalificação da ETAR sul de Tondela. O projeto está na nossa posse, é uma requalificação para garantir o tratamento terciário, que quando foi projetada há 22 anos, não era previsto tê-lo. Tal como terá um tanque de tempestades de areias para homogeneização dos caudais, isto é, como sabemos grande parte deste emissário passa por algumas áreas de lameiro e tem alguma entrada de águas pluviais, também de ligações domesticas. Está assumido, a execução da obra do reservatório de água à povoação do Penedo. Como sabemos para ser distribuído água no Penedo, implica um reservatório de 7 metros de altura, mais a condição da água e ligação de água residuais. Está em carteira, a ampliação do cemitério de Tondela. Está, a execução dos acessos envolventes, isto é a ligação da Avenida Sá Carneiro ao Estádio e do Estádio à Avenida das Comunidades, para garantir uma cessibilidade de carros ao atual parque de estacionamento do Estádio João Cardoso, que não colida com a entrada de peões e acesso da rua Eurico de Gouveia. Está, também, um estudo para a requalificação da envolvente à Escola Básica 2.3. de Campo de Besteiros. Está previsto a abertura do grande caminho florestal entre Castelões, Guardão e Barreiro de Besteiros. Está previsto do FSUE, isto é 1 045 000€, na reabilitação de

vias. Também gostaria de falar da requalificação os 800 metros de acesso à A 25, em Caparrosa, que incluirá o acesso à Incoveca. Está previsto, as infraestruturas em passeio, que na estrada 230, em S. João do Monte. Está ainda, para definir, a reabilitação da estrada da Fráguas a Sabugosa, cujo projeto não existe. Está previsto a possibilidade, e parceria com a junta de freguesia do Guardão, de criação de um corredor ciclável, a acompanhar a rampa do Caramulo. Estão também duas obras de pavimentações, uma em Molelinhos e outra em Valverde, consequentes aos trabalhos de redes de água e saneamento. Está a assunção da obra no que diz respeito à ligação de Molelinhos e Ermida. E, estamos com as áreas associadas dos Viveiros do Caramulo. As demais são correções ou reposicionamentos, de acordo com o orçamento original. Muito obrigado."

Interveio o membro Jorge Henriques:

"Só uma pequena nota, ao Dr. Rui Santos. Hoje, não tenho responsabilidade em estrutura partidárias, mas todos nós temos responsabilidades, enquanto agentes políticos e no meu caso enquanto agente político cultural. Defendo e penso que o PSD estará aberto a esse debate, que se faça uma reflexão sobre os princípios morais, estruturantes, orientadores e informadores dos partidos políticos. Porque este perigo que vem de movimentos populistas tem muito a ver com alguma inabilidade por parte dos partidos políticos em saber estar e saber fazer. No caso concreto, quem tem e perdoe-me este reforço, quem tem responsabilidade maior é o partido socialista, que é o partido do poder, que deveria ser o partido do exemplo e não tem sido. Apraze-me também registar que a sua posição vai nesse sentido. É uma posição critica. Registo, até que o Partido Socialista, tem tido nesta casa, pela sua pessoa, tem tido uma intervenção justa, nesse ponto de vista, que critica quando tem de criticar e que felizmente que nós não confundimos e sabendo separar o "trigo do joio", na última assembleia tivemos um representante com uma intervenção, para mim não representa de todo o Partido Socialista, que revejo na sua pessoa e nas suas intervenções."

Continuou com a sua intervenção, anexo 7.

O membro Rui Santos tomou da palavra:

"Senhor presidente da assembleia, senhores membros da mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Ao contrário do que o senhor deputado Jorge pensa, nós não vamos votar contra. Vamos abster-nos. Por uma questão de princípios, a assembleia aprovou, não com o nosso voto, a conta de gerência. Neste momento, esta revisão tem sobretudo a ver com a utilização do resultado transitado da gerência. Portanto, foi feita uma revisão orçamental que incluíram alguns projetos, em que uns estou de acordo e outros não, mas fico satisfeito, já não está cá a Engª Carla, senão ela lembrar-se-ia quando há cerca de 15 anos me queixara de ter estragado as jantes do meu carro ao desviar de outro na estrada de Mosteiro para Sabugosa e com aqueles cortes na margem do alcatrão e que continuam a existir, se aumentarem 50 cm para cada lado, o problema fica substancialmente atenuado, fico muito satisfeito.

Quanto à questão que o senhor presidente levantou. Não é uma questão de princípio do contraditório. É uma questão que em a ver mais com os tempos. Não tenho nada contra, que a atividade da câmara seja aqui suficientemente explanada. Mas o problema é que demoramos praticamente duas horas, com o período da atividade da câmara e depois naquilo que são as partes mais substanciais da decisão desta assembleia, temos relativamente pouco tempo. Vai desculpar-me, mas há situações, que não são um problema de contraditório, são questões que nós consideramos meramente factuais. Se reparou bem, o que se disse na assembleia é que a taxa foi de execução, eu não disse que a câmara disse o contrário. Limito-me a pegar no número que está no relatório, é uma mera contestação. Não tem nada a ver, que nós valorizamos de uma maneira e os senhores valorizam de outra. Como em relação a este plano, é exatamente a mesma coisa, pelo que desde já faço a nossa declaração de voto.

Declaração de voto

Uma vez que está aprovada a conta de gerência e que em relação a esta questão, é que esta revisão surge no essencial, porque se vão utilizar e afetar os montantes da conta de gerência. Se aprovaram a conta de gerência, ficam com o plano que entendem

que deve ser, com a utilização desse dinheiro e nós já manifestámos a nossa posição anteriormente."

Colocado à votação, a revisão orçamental foi aprovado por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Carlos Viegas e Jorge Batista; e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.4 Apreciação do inventário de bens e direitos patrimoniais

Não houve intervenções.

2.5. Análise, discussão e votação da suspensão parcial do Plano de Diretor Municipal

O senhor presidente da câmara explicitou:

"Em concreto é uma operação que se torna, face ao apoio da operação pós incêndio no domínio da industria. Como sabem na Zona Industrial de Tondela foram atingidas, de forma mais violenta, quatro industrias. Duas, com destruição total: a Valouro e a Tatris. Uma já se encontra a laborar e outra em faz evoluída da sua reconstrução. Outra muito atingida, foi esta unidade, sendo que a empresa pretende nesta requalificação e reconstrução ampliar a sua capacidade reconstrutiva e para isso cairia numa área de terreno, que atualmente está classificado como espaço florestal.

Como sabemos, está a decorrer um Plano de Pormenor para a ZIM de Tondela. No Plano de Pormenor já estará classificado como espaço das atividades económicas.

Mas como o Plano de Pormenor demorará um pouco mais a concluir. O que se acordou com a CCDRC, face à reunião de conferência, é fazer uma suspensão parcial para aquele espaço, com medidas preventivas, para que de imediato se possa licenciar a obra.

Por força do novo enquadramento jurídico, já foi aprovado em reunião de câmara, o início da revisão do PDM, atendendo que até junho de 2020 deverá estar em curso e que incluirá matérias relacionadas com as questões relacionadas ao desenvolvimento turístico e as de adaptações climáticas. São vetores que pela primeira vez, vão entrar no nosso PDM de 3ª geração."

O membro Vera Machado tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

"Reitero OS cumprimentos,

Este ponto que vem aqui hoje à votação prende-se com uma situação particular relacionada com um investimento de uma empresa que foi afetada pelos incêndios de 2017, que tem uma candidatura aprovada ao REPOR e que pretende expandir o seu edificado.

Nesse sentido, o Município de Tondela, e bem, tem que ser um elemento facilitador e instigador da criação de riqueza e postos de trabalho nas suas Zonas Industriais, necessitando desta forma de suspender parcialmente o PDM existente naquela área.

Aproveitar ainda no âmbito deste ponto, salientar que foi desencadeada e deliberado a abertura da segunda revisão do Plano Diretor Municipal que, por um lado terá que dar cumprimento a todas as alterações legais introduzidas desde 2011, data da sua entrada em vigor, bem como terá que ser visto, discutido e elaborado na logica de um documento estratégico e dinâmico para o desenvolvimento do território.

Trata-se por isso de uma oportunidade clarificar e sobretudo melhorar a sua aplicabilidade.

Assim, esta segunda revisão prevista terá em linha de conta todo o quadro legal vigente e comtemplará a dinâmica dos diversos planos.

Esta revisão, e ao contrário da forma desorientada como o governo legisla avulsamente sem ter conhecimento das especificidades de cada território, em particular de áreas rurais, esta proposta que se desencadeou agora será uma grande oportunidade para o Concelho.

Este instrumento de gestão territorial tem na sua génese eixos prioritários cuja legislação não comtempla, mas que o executivo municipal incluiu na sua abordagem, porque tão importante como as questões do solo e urbanísticas, são-no também a floresta, a natureza, a área económica, entre tantas outras.

A proposta de arranque para esta revisão definiu como eixos a floresta e a paisagem natural, as atividades económicas, o turismo, a cultura, o lazer, a energia e o ambiente.

Será desta forma possível fortalecer o Ordenamento Florestal e salvaguardar o património natural, conseguindo reforçar o correto ordenamento das áreas industriais e robustecer as suas estruturas produtivas, potenciando todo o tecido económico concelhio.

Ainda com esse propósito, este plano terá em linha de conta a requalificação de espaços com vocação privilegiada para a estadia, aproveitamento dos recursos endógenos e naturais com vista à criação de sinergias económicas.

Outra preocupação que este documento terá é o ambiente e a energia, em particular questões relacionadas com as alterações climáticas, apostando na redução da poluição e valorizando os recursos renováveis na produção da energia.

Termino deixando o desafio a esta assembleia para que reflita e discuta esta oportunidade de desenvolvimento, de uma forma séria e construtiva, porque aqui ficará refletido o futuro das gerações vindouras.

Por tudo isto, o PSD votará favoravelmente este ponto."

Colocado à votação, a suspensão parcial do PDM foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2,6. Análise, discussão e deliberação da anulação do contrato interadministrativo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho

O senhor presidente da câmara interveio:

"Tal como a informação descreve e que detalha as circunstâncias desta anulação. Havia sido feito um contrato interadministrativo. Entendeu-se, que em relação à natureza dos trabalhos e da circunstância em que tinha decorrido, não é enquadrável e justificável este contrato, pelo que se traz a sua anulação."

Não tendo havido mais intervenções, e colocado à votação, a anulação do contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário

Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.7. Análise, discussão e deliberação da desafetação de domínio público para domínio privado do quiosque do Largo Anselmo Ferraz de Carvalho

O senhor presidente da câmara explicitou:

"Este quiosque situado no Largo Anselmo Ferraz de Carvalho, aquando da requalificação daquele espaço foi suspenso e retomou nas condições que existia anteriormente. O espaço sempre foi de domínio público. Agora a entidade que fazia a exploração deixou de a fazer, há necessidade de abrir um procedimento concursal, sob a figura de concessão e para que isso ocorra este bem tem de estar no domínio privado, para que o município o possa conceder."

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.8 Outros assuntos de interesse para o concelho

O membro Marta Marques interveio, com a intervenção, que se transcreve:

"Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

Celebrou-se no passado dia 22 de abril, o Dia Internacional da Terra. A idéia de um dia para nos concentrarmos no meio ambiente surgiu de Gaylord Nelson, na época um senador americano, depois de testemunhar os estragos do enorme derramamento de óleo de 1969 na Califórnia. O Dia da Terra é agora um evento global a cada ano e acreditamos que mais de 1 bilhão de pessoas em 192 países participam naquele que é o maior dia de ação com foco cívico no mundo.

A maior dadiva da natureza para o nosso planeta são os milhões de espécies que conhecemos e muitas outras que ainda precisam ser descobertas. Infelizmente, os seres humanos perturbaram o equilíbrio da natureza e, como resultado, o mundo está enfrentando a maior taxa de extinção, desde que perdemos os dinossauros há mais de 60 milhões de anos. Mas ao contrário do destino dos dinossauros, a rápida extinçãoo de espécies no mundo de hoje é o resultado da atividade humana. A destruição global sem precedentes e a rápida redução das populações de plantas e animais selvagens estão diretamente ligadas a causas impulsionadas pela atividade humana: mudançaa climática, desmatamento, perda de habitat, agricultura insustentável, poluição e pesticidas, entre outros. A poluiçãoo hídrica é uma das maiores catástrofes que existem, cujos impactos são de grande alcance.

A história da poluição dos rios Cris e Dinha, assim como na ribeira de Dardavaz é já de conhecimento público, tendo sido já abordada pelo PS Tondela inúmeras vezes. No entanto, arrasta-se há dezenas de anos e constitui um pesado atentado ambiental que põe em causa não só a saúde e a qualidade de vida das nossa população, como a perda total da biodiversidade. Sabemos que resulta não só de descargas ilegais de efluentes nos rios como de falhas no tratamento de esgotos, o que é até um pouco absurdo tendo em conta o investimento feito no concelho de Tondela.

A comunicação social, nomeadamente jornais da região e até a TVI já fez tornar pública a situação embaraçosa e grave que se vive, denunciando não só o estado visível de poluição dos nossos rios como os maus resultado das análises química e microbiológica que a CM Tondela tem vindo a fazer.

A 17 de dezembro durante a visita que fizemos, o Sr. Presidente garantiu que a estação de tratamento de águas residuais da Adiça estaria a funcionar em pleno e apresentaria bons parâmetros de funcionamento e rentabilidade. Garantiu que a Câmara iria realizar inspeções em todos os coletores de água do concelho para apurar a situação das descargas ilegais. Desdramatizou estas situações recorrentes de poluição continuada, inclusivamente remeteu a procura de soluções a entidades competentes e afirmou que tudo esta a ser feito para resolver a situação.

Ainda este mês também foi tornada pública uma descarga poluente da ETAR Viseu Sul, também identificada pelo Sr. Presidente de Junta de Parada de Gonta que viu "alguns peixes mortos", o que revela que situações de poluição também são comuns em concelhos vizinhos.

O Partido Socialista de Tondela não está satisfeito com o que foi feito até à data, na verdade a realidade é que os rios Criz, Dinha e Dão continuam fortemente poluídos. Povoações como Dardavaz, sofrem com o envenenamento dos seus animais domésticos e dos produtos agrícolas. Inclusivamente, como já foi referido, é visível que os peixes desapareceram por completo de Caparrosinha até ao Ribeiro. Moradores de áreas contaminadas, para além das infeções transmitidas diretamente pela água, podem desenvolver também outras doenças relacionadas com a água, como intoxicação por substâncias químicas, como chumbo, arsênico e flúor, que pode levar a problemas e saúde cujos sintomas levam décadas para aparecer.

O Partido Socialista de Tondela coloca a despoluição dos nossos rios como uma prioridade máxima, de forma a preservar a fauna e a flora e o bem-estar da população do concelho. Propomos uma política proactiva por parte do município, na resolução dos problemas já identificados no concelho, fazendo para isso os esforços necessários e obrigando também as empresas privadas a realizarem investimentos para que os seus efluentes estejam dentro da legalidade. O primeiro passo é garantir que nenhum esgoto seja lançado sem o devido tratamento nas águas. Para isso, é essencial o investimento numa maior fiscalização e um controlo técnico apertado dos efluentes produzidos pelas nossas ETARs. Além de tratar o esgoto lançado, é fundamental criar campanhas de

consciencialização da população para que nenhum material seja lançado, reforçando as políticas de reciclagem. Que o crescimento económico no nosso concelho não seja feito à custa dos já ditos desenvolvimento e dinâmica industrial, maioritariamente baseado em tecnologia poluente. O nosso papel como autarcas é alertar para os efeitos catastróficos da intervenção direta do Homem sobre o planeta, antes que seja tarde demais!"

O membro Francisco Coutinho interveio:

"Senhor presidente da assembleia municipal, restante mesa, senhor presidente da câmara, caros companheiros de junta, caros deputados.

O Dr. Jorge Henriques lançou-me um desafio e posso dizer que a haver desafio fui eu fiz, numa assembleia de freguesia. Depois de ser aprovada uma moção na assembleia de freguesia de Tondela e Nandufe e na freguesia de Molelos, congratulo-me por o município colocar na sua agenda a requalificação da Mata para a Ermida, porque a haver um vencedor será essa povoação, porque há anos que está inibida de passagem de um lado para o outro.

De há uns anos para cá, a entrada de Tondela, na antiga estrada 2, quem vem de Viseu para Santa Comba Dão, a seguir à Estação, apresenta um estado lastimável paisagístico. Não querendo prejudicar o senhor, que tem todo o direito e ter o seu negócio e tando mais que foi vitima do incendio de Vila Nova da Rainha. Mas é um assunto que me preocupa, porque reflete uma imagem deprimente da nossa cidade. O que queria perguntar, era se o senhor presidente da Câmara já avaliou a situação e se tem algum estudo ou possibilidade de aquela industria ser transferida para outro local. Obrigado."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"À última questão, é simples, a possibilidade de transferência é sempre possível. Aliás, o proprietário, há uns anos, adquiriu uma parcela na avenida dos Almiros, chegando a terraplana-la, para poder avaliar a instalação do equipamento, que implicará, naturalmente, investimento próprio. Sobre a possibilidade de deslocação e de licenciamento para outro local, sim existe alternativa, tendo o próprio terreno disponível. O problema que se colocará é um problema de financiamento para a

operação. Aí já entramos no domínio do investimento privado. Do lado do município não há qualquer problema em apoiar e estimular essa transferência.

Sobre questões de poluição. De facto, vivemos numa sociedade mais atenta, mais exigente e isso é positivo. Tambe vivemos na sociedade que mediatiza as coisas. Aquelas que começamos a referir no início desta assembleia. E quando começamos na mediatização das coisas, temamos como verdadeiro tudo o que nos entra pela televisão dentro. A Marta diz que houve envenenamento de animais domésticos. Onde? já ouvi histórias que em Dardavaz tinha nascido um animal com duas cabeças. Como tudo na vida, não podemos ignorar as coisas, relativizar o que tem de ser relativizado e aprofundar o que tem de ser aprofundado.

Custa-me aceitar que se diga que no concelho de Tondela não há preocupações ambientais. Já nos esquecemos nas lixeiras que existiam, espalhadas por todo o sítio? Os problemas ambientais não estão só nos rios. Estão nos rios, estão nas lixeiras, estão nas infiltrações. Portanto, há vários problemas ambientais. Alguns podem ser produzidos por causa coletiva, muitos outros são por causas individuais. Referiu e bem que fizemos uma visita à ETAR da ZIM de Tondela. O presidente da câmara não disse que iria fazer um levantamento a todos os coletores de águas pluviais do concelho. Isso é impensável. Disse que seria feito um levantamento nos coletores das águas pluviais da ZIM de Tondela. São coisas diferentes. E foi feito, de tal forma que foi possível identificar que em determinada circunstância uma unidade industrial estaria ligada a um coletor de águas pluviais que porventura não seria adequada para aquela circunstância. Razão pela qual foi levanto o respeito auto de contraordenação, assistindo à empresa, naturalmente, à legação que julgar por conveniente. Desse auto foi dado conhecimento à APA e em passo continuo houve uma intervenção conjunta do município, da CEPNA e da APA em toda a rede da ZIM de Tondela.

Na visita de dezembro, dissemos com dados demonstrados que o grau de rentabilidade da ETAR da ZIM é aceitável para aquela unidade. Dissemos que a análise microbiológica tinha parâmetros que eram aceitáveis, estando em causa e também o reconhecemos que no domínio da analise química ainda não estaríamos nos parâmetros desejáveis, na medida que um equipamento que se tinha queimado teria de ser reposto.

Já há muito empo foi reposto e neste momento os testes de adaptação estão feitos, estando o processo de tratamento a caminhar para os níveis que queremos atingir. Fazer-se querer que nada é feito. Direi que durante estes últimos sete anos, nunca se investiu tanto e com resultados. O problema é que se calhar não estávamos tão atentos e tão predispostos a avaliar as condições de funcionamento. Vejo isto positivo, quanto mais exigentes formos, maior é o grau de sermos bem-sucedidos."

De seguida procedeu-se à votação à votação do voto de louvor dos atletas da Vários, apresentado pelo membro Abílio Rodrigues, tendo sido aprovado por unanimidade, com os votos de: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Seguidamente, foi colocado o voto de consternação apresentado pelo membro Abílio Rodrigues, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

3-Período aberto ao Público

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

anexo I

VOTO DE CONSTERNAÇÃO

Com o meu coração repartido por duas grandes Pátrias, Portugal e Moçambique, não podia nem devia, deixar de vos transmitir nesta Assembleia, um voto de profunda consternação, pelas gravosas consequências que o ciclone IDAI, provocou nas províncias de Manica e Sofala, com particular incidência na cidade da Beira. Considerada a maior catástrofe natural que algum dia atingiu o hemisfério sul, o IDAI, com a sua força gigantesca, transformou uma das zonas mais bonitas e ricas de Moçambique num antro de devastação, de miséria e de dor. Foram aldeias submersas e milhares de casas destruídas, incluindo, creches, escolas e centros de saúde. Morreram centenas de pessoas, cerca de 100.000 ficaram desabrigadas e o número de feridos ainda hoje não está totalmente contabilizado. Doenças como a cólera, a diarreia, e a malária, começaram a alastrar por toda a zona afetada, uns por falta de água e outros pelas péssimas condições de higiene existentes nos locais da tragédia. Como noutras ocasiões semelhantes a esta, uma vastíssima onda de solidariedade, veio em auxílio desta boa e generosa gente de moçambique, de quem eu tanto RECORDO, e a quem tanto amo. O mundo provou mais uma vez, que o amor se deve sobrepor ao ódio, que o fazer bem se deve sobrepor ao fazer mal, e que a cor e as ideologias políticas, são instrumentos menores, quando a nossa preocupação é maior e é dirigida a todos que precisam do nosso apoio e da nossa solidariedade. ---------
Por tudo quanto foi dito, e que penso ser partilhado por

toda esta Assembleia, quero pedir-vos, numa sentida associação, a toda a dor que neste momento vive o povo irmão de Moçambique, um sentido e solidário voto de consternação.

Tondela, 29 de Abril de 2019

Abílio Rodrigues dos Santos

anexo 2

VOTO DE LOUVOR

Nos recentes World Games Special OLimpics, disputados em ABU DHABI e DUBAI, Rita Lopes e Luís Rodrigues, da Cooperativa Vários, conquistaram, o terceiro e o quarto lugar, nas modalidades de ténis de mesa e de atletismo, respetivamente. O seu feito, foi reconhecido por todos, inclusivamente pelo Senhor Presidente da República que os recebeu na sua casa civil com toda a dignidade que eles merecem. Por este facto, proponho a esta Assembleia um voto de louvor aos dois referidos atletas, e ao mesmo tempo um voto de agradecimento à Câmara Municipal de Tondela, à União de Freguesias de Tondela/Nandufe, e aos técnicos Luís Castainça e Eduardo Martins, pelo apoio e trabalho desenvolvido para que os resultados obtidos atingissem o nível desejado.

Tondela, 29 de Abril de 2019

Abílio Rodrigues dos Santos

anexo 3

O DRAMA FINANCEIRO DAS IPSS EM PORTUGAL

Segundo um estudo, mandado realizar pelo Jornal Expresso, em finais de 2018 cerca de 42% das instituições de solidariedade social, incluindo as Misericórdias, num universo de cerca de 5700 IPSS, registaram nos últimos anos, resultados líquidos negativos. No mesmo estudo entre comparticipações do Estado e dos utentes há cerca de 22% que está a descoberto. Perto de 10% dessas Instituições estão em estado de asfixia financeira, e cerca de 18,3% apresentam resultados negativos antes ainda de serem contabilizadas as amortizações e os impostos. Este problema que se tem deteriorado de ano para ano, sendo hoje transversal a quase todas as IPSS do País, parece não ter solução à vista, dado que as exigências imputadas pelos sucessivos governos às IPSS, são cada vez maiores, e os suportes financeiros por parte do Estado mantêm-se inalterados quase há uma década. SE tivermos ainda em conta que cerca de 40% das nossas crianças, dos nossos idosos, e de muitos deficientes mentais e motores do nosso País tem como único apoio as IPSS, o problema ainda se torna maior. É pois necessário e urgente olhar para este problema, com a seriedade e a responsabilidade que ele exige, pois a manter-se a situação atual, algumas delas podem fechar a porta, e pôr em causa a sobrevivência de muitos dos nossos idosos e das nossas crianças. É necessário e urgente também, que o Estado Português entenda e aceite, como forma de colmatar os perigos que

se avizinham, a reclamação de um mais justo e equilibrado suporte financeiro às Instituições de Segurança Social.

Tondela, 29 de Abril de 2019

Abílio Rodrigues dos SAntos

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 23 de fevereiro a 24 de abril de 2019)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1-

Já não é novidade para ninguém que o concelho de Tondela tem vindo a registar um grande desenvolvimento e crescimento económico, com particular enfase nos últimos anos, sendo forte indicador dessa evidência o número de agentes económicos, empresas, o comercio e os serviços que aqui têm vindo a estabelecer-se e a apostar nas potencialidades e recursos deste concelho.

No decisivo domínio da indústria, o concelho de Tondela é um dos mais industrializados da nossa região, encontrando-se aqui sediadas algumas das mais importantes empresas da região ou mesmo do país. Cuja balança comercial aponta, segundo dados publicados, para um volume de exportações superior a mil milhões de euros.

Não vou enumerar a já grande lista de grandes empresas que atestam a pujança do nosso tecido empresarial, mas gostaria de aqui recordar aquilo que muitos duvidaram quando estávamos em setembro de 2017, na inauguração da Eberspaecher, na ZIM do Lagedo.

Na altura, o sócio-administrador do grupo alemão, Heinrich Baumann, apresentou como meta, até 2021, a criação de cerca de 550 postos de trabalho.

Houve quem achasse que isso era uma meta demasiado ambiciosa... Mas, o que dirão agora, quando se sabe que já no final do ano passado esta empresa já ultrapassou a contratação de 600 trabalhadores?

Mas o crescimento não aconteceu só nesta empresa. Outras continuam a crescer, a gerarem mais riqueza, a criarem mais postos de trabalho.

Hoje é indiscutível que o concelho de Tondela tem mais de 1.700 trabalhadores só no setor automóvel e perto de um milhar na área laboratorial e saúde.

O nosso futuro passa por esta evidência, pela liderança e pela criação de emprego. É a base para fixarmos os nossos jovens e atrairmos mais população.

As áreas do setor automóvel, a logística e serviços, são domínios onde se evidencia um forte posicionamento do nosso concelho, fruto, também, da capacidade dos nossos trabalhadores e da relação de confiança que a autarquia tem mantido com os investidores.

O concelho de Tondela tem sido cada vez mais a opção para jovens quadros que regressam às origens, depois de concluírem as suas formações académicas, mas também para muitos outros que aqui procuram um emprego qualificado e uma casa.

Daí estreitarmos laços entre os centros de saber e o tecido empresarial, de olhos postos numa estratégia concertada de interação entre a investigação / conhecimento científico com as necessidades das unidades industriais instaladas no concelho.

Hoje temos condições ímpares para atrair e fixar quadros nestas empresas e, mais do que isso, desenvolver estratégias que venham potenciar a otimização de processos das próprias empresas, ganhando mais competitividade e mais valor económico pela sua produtividade. Isso corresponde a maior rentabilidade e, consequentemente, mais emprego.

A par da fixação de mais postos de trabalho, também o mercado de habitação vem dando resposta, um pouco por todo o concelho, sendo esse um forte indicador do crescimento que estamos a viver.

No terreno encontram-se vários empreendimentos, prevendo-se, até ao final do ano, que esse indicador ainda venha a evidenciar mais crescimento, com a construção de mais oferta habitacional, um pouco por todo o concelho, com particular incidência na cidade, onde já se observam esta nova realidade, como há muito não era sentida.

Mas também o mercado imobiliário está em crescimento, com a transação de várias habitações em muitas das nossas freguesias, levando a mais fixação de pessoas.

Mas, queremos continuar a atrair, e isso só é possível com a aposta forte na requalificação e ampliação das nossas ZIM's.

Depois da ZIM do Lagedo, a ZIM de Tondela prepara-se para ser alvo de uma grande intervenção, que visa a sua requalificação e ampliação em cerca de 20 hectares.

A obra será desenvolvida em duas fases, sendo que a Câmara Municipal de Tondela já concluiu a aquisição dos terrenos necessários para levar a cabo esta intervenção. Além da área de expansão, ainda estão a ser adquiridos mais terrenos para a execução da faixa de proteção a zona industrial.

Segue-se a construção de um novo parque de estacionamento com capacidade superior a 250 viaturas e um sistema adicional de combate a incêndios, num investimento global superior a 3,7 milhões de euros.

Será um investimento muito importante. Não só na expansão, como na requalificação da parte construída no início da década de 90, que será melhorada. A ZIM de Tondela passará a ocupar uma área superior a 40 hectares, o que espelha bem a expansão que agora se irá executar.

Serão criados vários lotes, de área variável, desde os 5.000m2 a 50.000m2, em função da tipologia adequada a cada projeto de investimento.

Teremos capacidade para acolher novos e diferentes investimentos, tornando ainda mais atrativo o nosso concelho.

2-

É este território que continuamos a construir, com os olhos postos no desenvolvimento e na coesão desta região de bem-estar.

A aposta no desenvolvimento turístico e de bem-estar é decisiva, assumindo o Caramulo um papel central.

Para tal, é imprescindível conciliar o desenvolvimento e a sustentabilidade no Caramulo, apolados num significativo plano de investimentos.

Desde já a requalificação das redes de infraestruturas, das redes de água e saneamento, no valor de 2,3 milhões de euros, obra que aguarda o visto do tribunal de Contas para que se possa iniciar.

Na mesma linha, perspetivam-se as obras de reabilitação dos jardins Dr. Jerónimo Lacerda e do Parque do Sameiro, elementos de relevância no urbanismo da vila do Caramulo. Também é nosso propósito reabilitar os viveiros do Caramulo, que tinham sido atingidos pelos incêndios de 2013.

Esta reabilitação dos viveiros do Caramulo prevê a revalorização arborígena e a introdução de novas valências centrada no campismo/ caravanismo.

A tudo isto se associam as crescentes ofertas no alojamento local e em novos projetos de restauração, valorizando a gastronomia. Em paralelo, o projeto das Aldeias de Montanha não deixa de ser relevante.

Devemos persistir na reabilitação de edifícios que outrora serviram de sanatórios e que, como é o caso do edifício Santa Maria, em breve será reconvertido para aumentar a oferta habitacional.

Nesta estratégia, pretende-se manter a identidade local, como condição necessária para garantir a genuidade da Serra do Caramulo.

A serra que se destaca pelos afamados "bons ares" e onde em tempos foi construída uma "cidade" autossuficiente e à frente do seu tempo, continua a ser um património fundamental do concelho, da região centro e do país, um espaço de excelência para o turismo de saúde, centrado na excelência do ar e da serra.

A par do Caramulo, também as Termas de Sangemil assumem um papel fundamental em termos de desenvolvimento turístico e de bem-estar.

Por isso, foi pensado um projeto arrojado e diferenciador para aquela infraestrutura, criada no inicio dos anos 90.

Numa primeira fase serão feitas captações com mais de 300 metros de profundidade, passando a água de 32 graus para uma escala superior a 60 graus, aproveitando-se este gradiante energético para aproveitamento na valorização da eficiência energética.

Para além da execução de novos furos e captações, será feito o isolamento térmico do balneário pelo exterior, assim como da sua cobertura. Serão ainda substituídas caixilharias, instalado um sistema fotovoltaico e um sistema de aproveitamento de energia geotérmica.

A par disto, será ainda criada uma nova entrada principal a norte, com vista para o rio, os interiores e vãos das fachadas serão reorganizados e o elevador substituído. Posteriormente, numa segunda fase das obras, será ampliado o balneário, com a conclusão do último piso, sendo também criada uma piscina lúdica exterior.

As obras de reabilitação e ampliação do balneário das Termas de Sangemil, com vista à melhoria da eficiência energética, têm uma estimativa orçamental de 1, 2 milhões de euros, tendo sido submetida candidatura em novembro do ano passado.

3-

Neste período foram várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do Município de Tondela, com visita a várias freguesias, mas também um conjunto de reuniões com diferentes instituições e entidades, com destaque para a CCDR-C, CIM Viseu Dão Lafões, Planalto Beirão, APA, Adices, CDOS, Águas do Planalto, Cooperativa Vários, Banco Montepio, Turismo de Portugal, Segurança Social, CDOS, entre outros.

Destaque ainda para a reunião com o senhor secretário de Estado do Ambiente e com o Ministro do Ambiente.

Gostaríamos ainda de fazer novo ponto de situação sobre a grande operação de reconstrução de habitações permanentes, que continua a merecer o contínuo envolvimento de vários setores do Município.

No âmbito do Programa de Apoio à Recuperação das Habitações Permanentes, foram entregues, nas últimas semanas, mais duas dezenas de casas permanentes de reconstrução total a famílias do concelho de Tondela.

Das 117 habitações contempladas pelo programa de apoio do Governo, 87 já estão concluídas e entregues às famílias, encontrando-se por entregar 30, já em estado muito avançado de construção.

Apesar de ser o concelho mais afetado, o mais atingido, com mais casas no programa de apoio, Tondela é o concelho mais adiantado no processo de reconstrução, facto reconhecido com independencia pelas instituições que acompanham este exigente processo.

Sentimos que nos estamos a aproximar do virar da página e que as famílias que ficaram sem habitação têm de novo uma casa disponível, o que nos enche de satisfação e dá-nos o prazer de sentir que o esforço valeu a pena.

Sendo verdade que, para quem espera, um dia é muito tempo, dificilmente se podia imaginar que, num curto prazo tempo, isto estivesse tão adiantado. A

Afinal ainda não há um ano que se iniciaram as construções no terreno. Devemos lembrar todos os que são atraiçoados pela memoria que, o início das construções ocorreu em maio do ano passado, após um processo administrativo sempre exigente e moroso, que passou pelo visto prévio do Tribunal de Contas.

Fomos pioneiros e mais céleres. Porque, para nós, desde o grande incêndio, esta passou a ser a maior causa, onde mais nos concentrámos.

Bem sabemos que possa haver quem, apesar de o saber, o queira desvalorizar, dizendo que os incêndios são a desculpa de tudo.

Sr. Presidente

Pouco nos importa que assim o pensem, pois a nossa consciência e o ver do serviço público tinham de colocar este processo como a grande e maior prioridade. Sempre!

A seguir a toda esta operação, as atenções serão colocadas nas habitações não permanentes, que contarão com apoio público, via Município de Tondela.

Estimamos que possam ser duas dezenas a contar com o apoio, mas cada etapa é uma etapa e esta era a mais importante.

4.

Por fim uma palavra para a celebração dos 45 anos de Abril.

Pelo segundo ano, em parceria, promovemos as comemorações do 25 de abril.

Focados num olhar onde as novas gerações devem ser chamadas à construção dos valores da liberdade, da democracia e da cidadania.

Estes valores devem ser sentidos e interpretados em cada momento.

São universais, mas não se auto-conservam se não forem objeto da ação coletiva, assentes num espírito crítico, mas construtivo. De direitos, mas igualmente – e principalmente – de deveres. De igualde, mas também de exigência.

Viver abril não pode deixar de olhar para a solidariedade intergeracional.

Viver abril não pode ser alicerçado em privilégios de classes, algumas se auto intitulam de defenderem abril, mas que vivem do sacrifício de quem trabalha para alimentar certos privilégios.

Viver abril não pode deixar de reafirmar a premência de uma escola inclusiva, de igualdade de oportunidades, mas não igualitária.

Viver abril não pode deixar de colocar as funções do estado centradas na segurança, na justiça, na proteção e na solidariedade.

Viver abril não pode deixar de garantir um modelo de proteção social, na saúde e na reforma, capaz de garantir diretos adequados à espectativa gerada e firmada, perante as contribuições sociais e o contrato social dos portugueses.

Viver abril não pode deixar de exigir um estado responsável, que tenha uma visão estratégica, capaz de posicionar o país num quadro de desenvolvimento sustentável, que não transfira para as gerações futuras os encargos das ilusões criadas no presente.

Viver abril é construir Portugal de todos e para todos os portugueses!

Tondela, 24 de abril de 2019

O presidente da Câmara Municipal de Tondela,

.....

(José António Jesus)

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 23 de abril de 2019.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2019 e 23-04-2019)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (30,96%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)*100	(4)=(3)-30,96	(5)
	Receitas Correntes	19.511.058,48	4.718.774,56	24,19%	-6,77%	88,11%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.501.114,13	451.708,57	10,04%	-20,92%	8,43%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	88.049,26	26.817,76	30,46%	-0,50%	0,50%
04	TAXAS,MULTAS,O.PENALIDADES	251.981,09	140.902,58	55,92%	24,96%	2,63%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.308.383,00	300.109,33	22,94%	-8,02%	5,60%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.435.950,00	3.320.817,39	29,04%	-1,92%	62,01%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.812.398,00	448.383,00	24,74%	-6,22%	8,37%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	113.203,00	30.035,93	26,53%	-4,43%	0,56%
	Receitas de Capital	16.033.581,00	636.828,95	3,97%	-26,99%	11,89%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	21,00	9.653,90	45970,95%	45939,99%	0,18%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.003.556,00	596.608,00	3,73%	-27,23%	11,14%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-		
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	2,00	7.957,16	397858,00%	397827,04%	0,15%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	30.000,00	22.609,89		-30,96%	-
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	-	-	-		
	TOTAL GERAL	35.544.639,48	5.355.603,51	15,07%	-15,89%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita aceitável de 15,07%, apresentando um desvio negativo face ao grau de execução de 15,89%.

Analisando a estrutura da receita, ressalta a execução em termos de valores absolutos, registada no capítulo das transferências correntes e de capital, capítulo onde estão refletidas as transferências do Orçamento do Estado (FEF e participação comunitária de projetos

financiados) e que, grosso modo, assumem um peso de 73% no total da receita do Município. Igualmente expressiva, em valores absolutos, embora com um peso menos significativo na estrutura global da receita, cerca de 8%, encontram-se os impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama)

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 5.355.603,51€,

Importa mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior, que só será incorporado na segunda revisão orçamental do ano que será submetida à Assembleia Municipal de 29 de Abril.

2.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM PERÍODO HOMÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA BRUTA (entre 01-01-2018 e 23-04-2018)	RECEITA COBRADA BRUTA (entre 01-01-2019 e 23-04-2019)	VARIAÇÃO	% VARIAÇÃO
01	IMPOSTOS DIRETOS	334.611,93	451.708,57	117.096,64	34,99%
02	IMPOSTOS INDIRETOS	17.984,68	26.817,76	8.833,08	49,11%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	83.618,32	140.902,58	57.284,26	68,51%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	357.554,41	300.109,33	-57.445,08	-16,07%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.372.547,60	3.320.817,39	-51.730,21	-1,53%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	411.158,82	448.383,00	37.224,18	9,05%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.008,19	30.035,93	-15.972,26	-34,72%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	0,00	9.653,90	-	-
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	394.879,08	596.608,00	201.728,92	51,09%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	-	-	-
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	62.601,34	7.957,16	-54.644,18	-87,29%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0,00	22.609,89	-	-
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7.403.194,11	-	-	-
TOTAL		12.484.158,48	5.355.603,51	-7.128.554,97	-57,10%

Da análise do gráfico acima exposto, é possível concluir que, globalmente, o nível de execução da receita registada, no período em análise, quando comparado com o registado no período homólogo, se apresenta satisfatório, com uma variação positiva, em termos absolutos, de aproximadamente 275.000,00€, se retirarmos o efeito do saldo de gerência, que em 2019 só vai ser incorporado após a aprovação da 2ª Revisão, que será submetida à Assembleia Municipal de 29 de Abril.

Evidencia-se o crescimento dos impostos diretos, bem como das Transferências de Capital.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2019 a 23-04-2019

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (30,96%)	PESO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)=(3)-30,96%	(5)
	Despesas Correntes	17.512.795,91	4.955.013,30	28,29%	-2,67%	85,96%
01	Despesas com Pessoal	5.838.896,00	1.592.102,88	27,27%	-3,69%	27,69%
02	Aquisição de Bens e Serviços	8.630.891,91	2.524.591,24	29,25%	-1,71%	43,74%
03	Juros Outros Encargos	36.013,00	8.758,97	24,32%	-6,64%	0,15%
04	Transferências Correntes	2.829.088,00	708.850,18	24,98%	-5,98%	12,24%
06	Outras Despesas Correntes	178.296,00	122.910,03	68,94%	37,98%	2,13%
	Despesas de Capital	18.031.843,57	819.297,57	4,53%	-26,43%	14,14%
07	Aquisição de Bens de Capital	15.469.014,00	441.476,85	2,85%	-28,11%	7,66%
08	Transferências de Capital	1.862.723,57	247.540,79	13,29%	-17,67%	4,29%
09	Activos Financeiros	72.375,00	0,00	0,00%	-30,96%	0,00%
10	Passivos Financeiros	579.200,00	127.187,93	21,96%	-9,00%	2,20%
11	Outras Despesas de Capital	28.531,00	0,00	0,00%	-30,96%	0,00%
	TOTAL	35.544.639,48	5.771.220,87	16,24%	-14,72%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 28,29% sendo, o grau de execução esperado de 30,96%, representando um desvio negativo de 2,67%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 4,53%, o que representa um desvio negativo de 26,43%.

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao

serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio.

3.2. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 01-01-2019 e 23-04-2019.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01/01/2019 A 23/04/2019				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2020	2021	2022	Seguintes
Prestação de serviços de segurança e vigilância ao edificio dos Paços do Concelho do Município de Tondela	3.382,50 €			
Contrato de prestação de serviços em regime de avença na área de formação e consultadoria	7.380,00 €			
PROTOCOLO COLABORAÇÃO APOIO FUNCIONAMENTO EQUIPO INTERVENÇÃO PERMANENTE	31.775,00 €	31.775,00 €	5.295,84 €	
Rede de águas e esgotos ao Caramulo	1.154.835,95			
Aquisição de serviços de análises para consumo humano	2.989,23			

4. Conclusão

Estando decorridos apenas 113 dias do ano de 2019, poderemos concluir que o indicador da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 23 de abril de 2019

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sra. e Senhores Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia

Caros Membros desta Assembleia

O Relatório que aqui nos é dado à estampa apresenta-nos a contas relativas ao ano de 2018 e é a expressão máxima do empenho do executivo camarário e dos diversos técnicos da autarquia na resolução das problemáticas associadas à catástrofe dos incêndios de Outubro de 2017, particularmente no empenho pela construção e reabilitação das primeiras habitações afectadas. Parabéns senhor Presidente da Câmara pelo exemplar exercício da actividade politica em prol dos seus concidadãos que se viram afectados por tal tragédia.

O presente Relatório apresenta um saldo líquido de exercício de € 361.600,05,(trezentos e sessenta e um mil, seiscentos euros e cinco cêntimos), que traduz a capacidade do Município em gerar proveitos e consequentemente consolidar margem para o investimento.

Mas notoriamente salta à vista um saldo para a gerência de 2019 de mais de nove milhões de euros, sendo € 8.085.995,00(oito milhões, oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e cinco euros) de execução orçamental. Disse a oposição camarária no executivo, para justificar o seu voto contra, que tal saldo é resultado de uma baixa taxa de execução orçamental do ponto de vista da despesa. Ora essa análise simplista, desacompanhada do enquadramento com que introduzi esta minha comunicação, tendeu para tal, concluindo para insinuadores objectivos de calendário. Leitura rigorosa exige que se chame à colação o esforço camarário de reconstrução(reconhecido publicamente pela presidente da CCDR, Dra. Ana Abrunhosa), que necessariamente viu prejudicou o andamento de outras obras previstas, designadamente o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo e as previstas para a ZIM´s do Lagedo e de Tondela, entre outras. Reforço e destaco, após análise do referido documento, o bom nível da execução orçamental da receita, designadamente das receitas correntes, a redução significativa do endividamento, com um abatimento da dívida em cerca de € 800.000,00(oitocentos mil euros), o que traduz que para o presente ano o Município tem uma margem de endividamento na ordem dos quatro milhões de euros.

Destaco ainda o prazo médio de pagamento deste Concurso de 15 dias, Indicador de Saúde Financeira.

Por fim destaco o documento na sua forma e no modo da sua apresentação, sinal claro de rigor e transparência da gestão da coisa pública.

Pelo aqui elencado o PSD vota favoravelmente o presente Relatório, elogiando o trabalho desenvolvido pelo executivo ao longo do ano de 2018.

O Membro da Assembleia,

anexo f

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sra. e Senhores Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia

Caros Membros desta Assembleia

A Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano que hoje vem a esta Casa está intimamente ligada com o Relatório discutido no ponto anteripr. Consolidadas as necessidades básicas de habitação (e não só) das populações afectadas pelos incêndios, é tempo de dar cumprimento as obras múltiplas e que se apresentam imprescindíveis na consolidação do bem estar das nossas gentes. Destaco e assinalo que nesta Revisão os reforços financeiros na Etar de Molelos, (preocupação com ambiente), na reabilitação da USF de Tondela(preocupação com a saúde), na aquisição de terrenos nas ZIM´s de Tondela e do Lagedo(preocupação na consolidação destes dois importantes polos de atração de investimento). Ainda e intimamente ligado à ZIM do Lagedo não posso deixar de destacar a verba agora alocada para projecto da futura ligação entre esta ZIM e

Tondela. Saliento ainda a reabilitação das piscinas de Canas de Santa Maria e do Tourigo(preocupação com os jovens e bem estar das populações) e por fim a verba de € 65.000,00(sessenta e cinco mil euros), alocada à obra de ligação de Molelinhos à povoação da Ermida.

A presente Revisão é pois a expressão da vontade do executivo camarário em continuar na construção de um território, desenvolvido, coeso e solidário, isto é, na construção de uma região de bem-estar, capaz de fixar os actuais e atrair novos residentes.

Pelo aqui elencado o PSD vota favoravelmente a presente Revisão.

O Membro da Assembleia,